

As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão



 Candiota (RS), Capivari de Baixo,
Lauro Müller, Treviso e Siderópolis (SC)

EXPEDIENTE - DIEESE

Presidente: Maria Aparecida Faria - Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP | **Vice-Presidente:** José Gonzaga da Cruz - Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP | **Secretário Nacional:** Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR | **Diretor Executivo:** Alex Sandro Ferreira da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP | **Diretor Executivo:** Carlos Andreu Ortiz- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico São Paulo, Mogi das Cruzes e Região - SP | **Diretor Executivo:** Claudiomar Vieira do Nascimento - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP | **Diretora Executiva:** Elna Maria de Barros Melo- Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE | **Diretor Executivo:** Gabriel César Anselmo Soares - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP | **Diretor Executivo:** José Carlos Santos Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel - SP | **Diretora Executiva:** Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS | **Diretora Executiva:** Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP | **Diretor Executivo:** Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa- Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA | **Diretora Executiva:** Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP.

DIREÇÃO TÉCNICA: Fausto Augusto Júnior – **Diretor Técnico** | Patrícia Pelatieri – **Diretora Adjunta** | Victor Pagani - **Diretor Adjunto** | Eliana Elias – **Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.**

 Rua Aurora, 957 - Centro – São Paulo/SP
CEP: 01209-001

 (11) 3811-2129

 institucional@dieese.org.br

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/CT/UFRJ)

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado (**Professor Adjunto**)
Milena Manhães Rodrigues (**Pesquisadora associada**)
Renato de Oliveira dos Santos (**Pesquisador associado**)

 Av. Athos da Silveira Ramos, 149,
Centro de Tecnologia, Ligação ABC, Sala 112
CEP 21949-900 - Rio de Janeiro, RJ



<https://nides.ufrj.br/>

DIEESE

As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão em Candiota, Capivari de Baixo, Lauro Müller, Treviso e Siderópolis /. DIEESE - São Paulo: DIEESE, NIDES & ICS, 2023.

123 p.: il.

ISBN 978-65-981540-2-8

1. Transição Justa 2. Mineração 3. Carvão 4. Memória
5. Trabalhadores I. Título II. Autores



As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão

 em Candiota, Capivari de Baixo,
Lauro Müller, Treviso e Siderópolis

Esta publicação é baseada nos relatórios da pesquisa 'As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão em Candiota, Capivari de Baixo, Treviso, Lauro Müller e Siderópolis', no âmbito do Projeto Transição Justa do Carvão em RS e SC', desenvolvido pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com apoio do Instituto Clima e Sociedade – ICS - Agosto/2023.

ÍNDICE DE SIGLAS

ABCM - Associação Brasileira do Carvão Mineral

CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CRM - Companhia Riograndense de Mineração

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

GF - Grupo Focal

ICS - Instituto Clima e Sociedade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MOV - Movimento Orleans Viva

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NIDES - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

ODSs - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PRAD - Plano de Recuperação das Áreas Degradadas

SIECESC - Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina

SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEJ – Transição Energética Justa

TJ - Transição Justa

WWF - World Wide Fund For Nature (Fundo Mundial para a Natureza)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
TRAJETÓRIA DE VIDA DOS TRABALHADORES DO CARVÃO: A IDENTIDADE, MEMÓRIA E NARRATIVAS DO TERRITÓRIO.....	12
CAMINHO DA PESQUISA	18
NARRATIVAS E REFLEXÕES	26
NARRATIVAS E REFLEXÕES DE CANDIOTA (RS)	27
NARRATIVAS E REFLEXÕES DE CAPIVARI DE BAIXO, LAURO MÜLLER, TREVISO E SIDERÓPOLIS SANTA CATARINA	65
LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES	114
REFERÊNCIAS	119

APRESENTAÇÃO

Essa publicação é parte integrante de um projeto sobre o trabalho no carvão, uma parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e o Instituto Clima e Sociedade - ICS, cuja finalidade é a produção de estudos, articulação institucional e mobilização social voltados ao mercado de trabalho da indústria do carvão mineral nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na etapa de Diagnóstico Participativo, foi elaborado o estudo “As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão em Candiota, Capivari de Baixo, Treviso, Lauro Müller e Siderópolis”, a partir de uma parceria entre o DIEESE, o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ) e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de uma investigação qualitativa, realizada com atores sociais do carvão nestes municípios, visando o levantamento de informações acerca da visão de mundo, relação profissional e pessoal com a produção de carvão, para compreender a cultura da mineração e possibilitar maior interação no desenvolvimento de planos territorializados de TEJ, a partir dos contextos locais.

A presente publicação apresenta o processo e resultados da referida pesquisa como parte da devolutiva para os participantes e seus municípios. Espera-se que o compartilhamento dessas informações possibilite a compreensão do papel da produção de carvão na interação comunitária, ampliando as reflexões que os entrevistados têm sobre o debate da Transição Justa do carvão, para inclusive fortalecer a estruturação de atividades que discutam e fomentem a TEJ nesses territórios.



1. INTRODUÇÃO

Ao contemplar as trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão, busca-se reconhecer a relevância das narrativas dos atores locais, sobretudo com trabalhadores do carvão como identidade social, no debate sobre Transição Energética Justa (TEJ). Isso requer o diálogo e a construção de agendas locais com os territórios – no âmbito do Projeto ‘Transição Justa do Carvão em RS e SC’, com Candiota (Rio Grande do Sul), Capivari de Baixo, Treviso, Lauro Müller e Siderópolis (Santa Catarina).

A partir de abordagens participativas e de aproximação dessa temática, o DIEESE desenvolveu estudos que apontam tanto experiências internacionais, quanto os desafios colocados para a TEJ no Brasil, como relatados na publicação com o WWF.



O fechamento das usinas [...] causará impacto na perda direta de empregos. Estima-se que cerca de 4.400 pessoas sejam afetadas diretamente e outras 9.500 de forma indireta, em trabalhos relacionados à atividade termelétrica. Para fazer frente a essa situação, serão desenvolvidos Planos de Ação Locais em cada um dos municípios afetados por termelétricas a carvão, a fim de fazer um diagnóstico das necessidades sociais, produtivas, ambientais e territoriais existentes, com o intuito de gerar ações decorrentes de processos participativos, com objetivos claros, indicadores, prazos e responsáveis. Isso permitirá o monitoramento oportuno das medidas levantadas e, assim, minimizar os impactos trabalhistas e econômicos que possam ser gerados (DIEESE, WWF, 2021, p. 9).

As experiências internacionais aconteceram, em boa parte, por meio de incentivos do Estado e, em muitos casos, sem a participação dos trabalhadores no desenvolvimento dos planos locais. Diante disso e do entendimento que o plano de TEJ deve ser realizado com horizonte de encerramento gradual das atividades, os trabalhadores, maiores impactados, tanto financeiramente, quanto na sua cultura, precisam ser mais do que consultados, mas compreendidos e incluídos ao longo desse processo.

Assim, o melhor caminho para não reeditar erros é poder aprender com a história, mesmo que seja recente e embasada nas diversas experiências de outros países. É crucial trazer esses trabalhadores como protagonistas no seu processo de reflexão.

Considerar que há uma cultura do carvão, pois muitos dos trabalhadores atuantes nessa matriz são a segunda ou terceira geração da família a trabalhar nesta atividade. Eles estão orgulhosos não só desse legado, que ajudou a construir uma nação, mas também de suas contribuições atuais para fornecer eletricidade confiável e acessível em sua província natal. Muitos trabalhadores sentem-se frustrados porque o setor de carvão não está apenas

sendo eliminado, mas também sendo considerado “sujo” (DIEESE e WWF, 2021, p. 16).

Diante da necessidade de conhecer a “cultura” do carvão, tanto da atual quanto das gerações anteriores, da realidade vivenciada, com todas as mudanças tecnológicas, sociais e culturais, é que se fez pertinente este estudo psicossocial para compreender “as trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão nas comunidades de Candiota, Capivari de Baixo, Treviso, Lauro Muller e Siderópolis”. Assim, a partir das narrativas dos comunitários/mineiros/entrevistados, foi possível traçar um panorama qualitativo atual, dando subsídio à construção de agendas locais na perspectiva de uma transição justa, e, articular junto com os atores locais novos caminhos.



O debate sobre Transição Energética Justa

Desde a revolução industrial, a matriz energética mundial se traduziu em múltiplas escalas de exploração de fonte fóssil. Nesse cenário, os países dependentes de energia fóssil, como carvão, estão buscando caminhos para redução do uso e dependência dessa matriz, a partir de energias renováveis.

Há um movimento internacional de transição justa sendo discutido. No entanto ele atua em diferentes lógicas, permanecendo em algumas localidades o incentivo à extração e exploração de fonte fóssil, gerando enormes pressões ao meio natural. Como impactos já constatados desse modelo, pôde-se compreender inúmeros desafios ambientais para essas regiões, contemplando contaminação da água, ar e solo; destruição de habitats; avanço das zonas de mineração em reservas da biodiversidade; e atividades informais de alto risco (DIEESE, WWF, 2021).

Para enfrentar estes desafios foi formulado o conceito de transição energética justa, inicialmente pelo movimento trabalhista norte-americano em 1970, como resposta ao movimento ambiental (DIEESE, WWF, 2021). A partir desse paradigma contraditório de expansão e redução da mineração do carvão, cabe compreender que o conceito de transição justa é compreendido como:

[...] aquela em que a sociedade compartilha os custos da mudança para uma economia de baixo carbono, é “uma estrutura de justiça social para facilitar a mudança para uma economia de carbono zero de uma forma que garanta resultados produtivos e equitativos para os trabalhadores”. Equidade, nesse contexto, significa uma distribuição justa dos custos e benefícios da transição proporcionais à inclusão ou à marginalização histórica de diferentes pessoas na economia (DIEESE, WWF, 2021, p. 1).

No entanto, essa situação tem diferentes cenários, que dependem do desenvolvimento dos processos de extração, processamento e



exportação, em cada país e território. Levando em consideração o Brasil, que tem em sua matriz energética uma porcentagem de apenas 3% de energia termelétrica baseada na extração de carvão, pode parecer simples apontar pelo término do uso dessa fonte de energia. No entanto, cabe ressaltar que o Brasil é um país de dimensões continentais, com desenvolvimentos regionais distintos, tanto na ocupação quanto nas atividades produtivas. No mais, essa porcentagem representa um quantitativo bem maior nas diversas cidades em que foram instaladas as termelétricas, na qual as próprias cidades foram constituídas em sua logística, cultura e identidade a partir do carvão e da mineração.

É na Região Sul do país que se concentram as reservas carvoeiras do território nacional, tendo como seus maiores detentores Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEESE, 2022a), onde muitos municípios foram formados a partir do povoamento das regiões próximas às empresas de extração. Por este motivo, inclusive, a pesquisa contemplou municípios de ambos estados.

Como apontado pelo DIEESE e WWF (2021, p. 8): “A transição energética para uma matriz cada vez mais limpa só será justa se for inclusiva, não deixando ninguém para trás”. É a partir desse entendimento, que é necessário envolver cada território, pois como Vicente Martinez colocou em sua apresentação no Seminário Internacional Trabalho e Meio Ambiente, a transição justa só pode efetivamente acontecer, se for considerada mundialmente.

Não acredito em uma política ambiental mais potente do que a própria redistribuição. Eu diria que a escala planetária, porque a escala nacional já se mostra insuficiente para falar de justiça social. A transição justa não pode ser por país, porque será difícil que seja justa se for por país. Esse processo de redistribuição, da renda e limitar a concentração do capital [...] (DIEESE, 2022b).

Isto é, para que seja justa, a transição precisa ampliar o debate, contemplando todos os atores envolvidos no tema, em especial os trabalhadores do setor mineral, a fim de que possam propor



alternativas e serem incluídos nas discussões e na construção das políticas públicas - “eles não podem simplesmente ser “avisados” de que seus serviços não serão mais necessários porque o Estado em questão está mudando a matriz energética” (DIEESE, WWF, 2021, p.5).

A partir do objetivo proposto, do contexto da TEJ e de como esse cenário está em constante mudança, tanto pelas questões de alteração tecnológica, política e nas reivindicações sociais, fez-se necessário compreender os estudos prévios com relação à identidade social dos “mineiros”.



2. TRAJETÓRIA DE VIDA DOS TRABALHADORES DO CARVÃO: IDENTIDADE, MEMÓRIA E NARRATIVAS DO TERRITÓRIO

Na produção da memória social, como destacam Costa e Maciel (2009, p. 69) “as narrativas não têm como objetivo produzir verdades únicas, uma vez que, na memória, as contradições não se eliminam, congregam uma trama entre as memórias contadas e as histórias - oficializadas ou não”.

É fundamental conhecer as memórias da comunidade que vive no lugar e as relações de pertencimento e senso de familiaridade a ele associados. A partir da “[...] memória, reconstruímos mundos vividos [...] porque é neste resgate que também reside a identidade de um ser humano, a conservação de seus testemunhos, o legado cultural, mediante a narrativa da própria história de vida” (GUIMARÃES, 2002, p. 140).



A narrativa envolve a observação de como o ser humano vivencia e significa o próprio mundo, a própria vida, criando pontes para uma releitura feita a partir de novas vivências, construindo e reconstruindo fatos do passado. Dessa forma, as narrativas, pessoais e/ou coletivas, produzem formas de assimilação e visão de mundo, organizando as interpretações do momento atual - presente - uma construção social de experiências e trajetórias garantindo espaço e escuta para todos os conflitos existentes e os atravessamentos de questões locais e não locais, privados e públicos. Ademais, pode revelar o intangível dos acontecimentos que fazem parte das experiências de um determinado grupo social (SANTOS, 2020).

Assim, inclusive para atores externos, que estão atuando no campo da TJ, cabe essa escuta sensível das memórias, para estarem implicados assim como os atores locais em ações, projetos e planos que façam sentido. Como Simoni (2000, n.p) destaca: “é preciso ver para entender, vivenciar para conhecer e habitar o modo de vida, para poder se comunicar com certa comunidade”. É a partir desse olhar integrativo que se comprehende a necessidade de realizar uma pesquisa qualitativa, com trabalho de campo alinhado à cultura de cada território, possibilitando a reorganização das formas de atuação, com maior participação e envolvimento, tanto dos atores locais como dos agentes políticos (MACHADO et al., 2020).

Considerando a relevância de compreender essas narrativas e memórias dos “mineiros”, foi realizado levantamento prévio com dados secundários da identidade social dos mineiros para compreender os retratos dessas narrativas ao longo do tempo e das mudanças que aconteceram no contexto da mineração.

Segundo o levantamento prévio, ser mineiro torna-se identidade na medida em que o grupo se reconhece em sua singularidade, denomina-se mineiro e se distingue daqueles que não o são, mas que também reconhecem os mineiros como tal. Para além de um nome que relaciona práticas de trabalho, é uma identidade social que resulta de um processo contínuo e inacabado.

De acordo com Cioccari (2004, p.42), “a identidade social diz respeito à maneira como o sujeito se vê, a partir da relação nature-

za-cultura, eu-outro". Volpato (1989), em sua tese sobre os mineiros de carvão de Criciúma, investigou as práticas sociais que configuravam a identidade social dos mineiros e sua reprodução. Para ela:

A atribuição de categoria diferenciada aos mineiros, numa relação com outras categorias profissionais, é sempre remetida ao espaço de trabalho. É a mina que lhe confere a identidade social; é ali o cenário das práticas de trabalho estigmatizantes propiciando apontá-lo e chamar-lhe mineiro. Ele é o morador mais "típico" da "capital do carvão". Sua companheira é identificada como "mulher de mineiro" de seu filho se diz; "o pai dele é mineiro". O trabalho na mina transveste o operário em mineiro e dá origem a sua qualificação enquanto "chefes" das identidades familiares. Ressalto essa particularidade porque é exclusiva da categoria dos mineiros. Nenhum outro ramo ocupacional na região detém identidade social que seja um estatuto ideológico reconhecido, com a mesma intensidade e popularidade que a identidade social dos mineiros. As práticas de trabalho nas minas aparecem como origem desta identidade social, imprimindo na categoria um caráter ideológico de pertença. Qual tatuagem, o curso do tempo marca também seus corpos; marca o trabalhador em sua totalidade, como homem, "pai de família" e como membro da sociedade onde vives "ele é mineiro" (VOLPATO, 1989, p. 165).

Isto é, o trabalho compõe a construção dessa identidade dos mineiros e na vida dos seus (CIOCCARI, 2004). Ademais, segundo a análise de Volpato (1982), os mineiros têm a família como unidade reprodutora da força de trabalho. Ainda, com organização familiar e papéis bem definidos, com mineiros responsáveis pelo sustento financeiro e a mulher, pela administração do lar, reproduzindo práticas no espaço de trabalho, doméstico e social (VOLPATO, 1989).



A identidade social dos mineiros não se forma pelo critério econômico, nem relações de produção, mas configura-se a partir da apropriação crítica da tradição, numa visão prospectiva coerente com valores internalizados individualmente e partilhados coletivamente, assentada numa aprendizagem criadora, constituída por uma memória social em construção.

Para Volpato (1989) a identidade social dos mineiros, por exemplo, não está fundada em um grupo de mesma origem étnica, cultural ou geográfica, mas numa base cultural estruturada num processo histórico comum, longo e constante, construído sobre um mesmo contexto social de trabalho que gerou as práticas comuns, numa trajetória de aprendizagem criadora contínua para superação de injustiças e busca de direitos.

Define-se, assim, a identidade social pela história coletiva, representação de si e pela própria presença dos mineiros, mas também pela forma de ser, como orientação de suas práticas. “O grupo se reproduz, se reconhece e se torna socialmente identificado pela capacidade de integrar o perigo, o medo, a coragem, o desgaste” (VOLPATO, 1989, p. 332), no próprio processo de formação como grupo, manifestando-se ainda como grupo nas lutas/resistências.

São marcas da sua identidade social: o corpo, sujeito ao risco e desgaste precoce, a família, como sujeito de reprodução social, e as práticas dos mineiros e suas famílias reproduzidas no espaço de trabalho. As famílias imprimem em outras categorias profissionais as práticas dos mineiros, inclusive nos processos de negociação coletiva.

Nesse sentido, cabe compreender o transcorrer dessa identidade social especialmente os trabalhadores do carvão, seja na aposentadoria ou em um possível contexto de fechamento de minas.

Cioccari (2004) desenvolveu um estudo etnográfico sobre o cotidiano e as memórias de trabalho da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS), a partir de suas representações e práticas sociais. A autora argumentou que o tempo produtivo na mineração está vinculado à representação do ciclo de vida dos



mineiros. Com aposentadoria com 15 anos de serviço de extração de carvão e início da atividade no fim da adolescência, corroborado pelos riscos de doenças, acidentes e mortes derivado das atividades laborais no subsolo, produziu uma representação precoce da velhice - em torno de 40 anos. Esse entendimento, mesmo diante de um contexto diferente de condições (inclusive a redução da extração), ficou arraigado na cultura e memória dos habitantes de Minas do Leão e foi um indicador prévio do campo de pesquisa.

Para Volpato (1989, p.8), a aposentadoria especial, uma meta para os trabalhadores, compromete a identidade social, demarcando o desligamento do grupo e redução do status ou até “um processo de decadência familiar dos mineiros”. Neste contexto, a militância aumenta a longevidade da categoria “mineiro”, possibilitada pelas ações de resistência, principalmente dos sindicatos.

O mineiro é vulnerável a natureza/risco ocupacional e suscetível a decisões políticas e econômicas, tanto de instituições públicas, quanto privadas que podem definir a continuidade ou encerramento das atividades e mais especificamente a extinção como categoria, o que sujeita sua identidade social a ameaça constante (CIOCCARI, 2004).

Como na tese de Volpato (1989), Cioccari (2004) destaca a marca da deteriorização/cicatrizes dos corpos, o heroísmo/coragem e a representação da masculinidade diante das tragédias no subterrâneo e o convívio com o medo, atenuadas pela jocosidade característica da cultura popular e de uma identidade social que estabelece laços e dá “sentido para a vida” da comunidade.

Vale ressaltar que Cioccari (2004) trata de um contexto de desativação de mina, que contemplou entrevistas com mineiros e suas esposas. Os resultados desta pesquisa demonstram que “a decadência da mineração dá lugar à ‘saudade’ nos relatos, com a idealização do passado, re-encantado pelas lembranças” (CIOCCARI, 2004, p. 3), inclusive quanto à camaradagem nas relações de trabalho. Deste modo, conforme Cioccari (2004), o fechamento da mina de subsolo e a redução da atividade reproduzem o mesmo encantamento do próprio período de duração. Ademais, seja com a finalização da mina ou na aposentadoria, à



exceção de alguns eventos sociais, os mineiros vivenciaram a solidão.

Os trabalhadores de Minas do Leão, mesmo com o fechamento da mina subterrânea em 2002 e a decadência da mineração, continuaram a:

Ancorar sua identidade social nessa marca coletiva, inscrita na história da cidade e na vida dos seus habitantes. Hoje, mais do que nos gestos da vida cotidiana, a identidade social desta comunidade fixou-se na memória, nas almas e nos corpos dos moradores. Permanece gravada em marcas e cicatrizes deixadas pelo trabalho nas galerias subterrâneas, que evoca tanto os sentimentos de saudade como os de tristeza (CIOCCARI, 2004, p. 42).

O estudo de caso apresentado por Cioccari (2004) atribui a representação do carvão como algo sagrado, que define a profissão e a identidade social dos mineiros, de modo que o fechamento da mina foi interpretado como uma morte simbólica, que remete o desaparecimento da profissão a desonra, esquecimento social e perda de si e do sentido da vida. Até porque “a morte da mina subterrânea altera os projetos de vida das famílias e suas expectativas de futuro, empurrando-as à redefinição da identidade forjada e transmitida em torno da mineração” (CIOCCARI, 2004, p. 183).

Esse cenário adverte quanto à profundidade da relação entre a mineração do carvão e a cultura do território, dos habitantes e, sobretudo dos mineiros; demandando prudência na alteração/encerramento das práticas que afetam a identidade social de comunidades atreladas a uma região carbonífera – como, por exemplo, a perspectiva de uma transição justa.

Neste contexto, os processos de transição e de transformações produtivas podem configurar o elemento externo no palco de disputas e conflitos no território. Desta forma dentro do debate da transição justa, a identidade e as memórias dos trabalhadores expressas nas narrativas são elementos centrais na pesquisa das trajetórias de vida que se cruzam com o carvão.



3. CAMINHO DA PESQUISA

Dante da concentração e mineração de carvão no Sul, inclusive de sua relevância na formação de municípios adjacentes às minas e aos complexos termoelétricos, foram selecionados dois campos de pesquisa: Candiota, no Rio Grande do Sul (campo 1 da pesquisa) e Capivari de Baixo, Treviso, Lauro Müller e Siderópolis, ambos em Santa Catarina (campo 2).

Por se tratar de um processo de construção de uma nova compreensão para a TEJ, com foco dialógico na inclusão e formação, para tomada de decisão coletiva, a abordagem utilizada foi a qualitativa com viés antropológico. Como técnicas de coleta de dados optou-se por análise documental, observação participante in loco, construção de diário de campo e condução de entrevistas semiestruturadas.

A triangulação de dados, com base em Morin (2004), consistiu na combinação destas diferentes técnicas de coleta de dados



qualitativos e na contextualização destes, contrapondo informações, a partir de análise interpretativa, para ter maior confiabilidade no desvelamento das evidências coletadas.

Ao longo do processo de discussão de TEJ, percebeu-se a necessidade de um olhar aprofundado para os indivíduos e para suas subjetividades. Nesse sentido, buscou-se estruturar o projeto, inspirado na metodologia de história de vida e nas memórias das pessoas, mas de forma adaptada, compreendendo, a partir de um prisma psicossocial, as trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão nos campos da pesquisa.

Assim, definiu-se pela condução de entrevistas semiestruturadas para aprofundamento da abordagem psicossocial, pois permitem um olhar aprofundado sobre a comunidade e suas relações sociais. A intenção foi compreender melhor o contexto da comunidade, de sua cultura e de sua interação com a natureza.

Além disso, o processo foi planejado a partir do envolvimento com dois mobilizadores sociais por região, para que pudessem apontar os possíveis entrevistados em cada campo de pesquisa e apoiar tanto no agendamento, quanto na aproximação das pessoas que pudessem contribuir na construção dessas trajetórias de vida. Desta forma, o envolvimento dos mobilizadores contribuiu para articulação e acesso às redes tanto de trabalhadores diretos e indiretos, quanto gestores no campo da mineração, representantes do poder público, membros dos movimentos sociais e demais impactados pela atividade.

A partir do diálogo com os mobilizadores sociais, foram identificados os perfis dos entrevistados: 1) Trabalhadores do carvão; 2) sindicalistas; 3) poder público, gestores; 4) cônjuges, jovens, outros, 5) aposentados e 6) movimentos sociais/demais impactados - e elaborados os respectivos roteiros de entrevista. Dessa forma, foi elaborado um roteiro de entrevistas, para reconhecer e incluir os pontos de vista dos trabalhadores e demais atores locais relacionados à mineração de carvão.

Inicialmente, foi desenvolvido um roteiro de entrevista preliminar, concebido para o perfil “trabalhadores do carvão”. A partir do



roteiro de trabalhadores, foram elaborados os roteiros dos demais perfis de entrevistados, incluindo suas especificidades. Ainda nesta semana pré-campo, a equipe de campo (um pesquisador consultor e uma pesquisadora do DIEESE) manteve contato com os mobilizadores sociais que indicaram, a partir da técnica de “bola de neve”, os contatos pertinentes contemplando os diversos perfis.

O roteiro de entrevistas foi aplicado não como um protocolo rígido, mas a partir de seções temáticas de identificação do perfil da pessoa entrevistada, de interesse direto da pesquisa - como o trabalho no carvão, transição justa (para entrevistados que verbalizavam esse assunto), pautas coletivas dos trabalhadores (trabalho no sindicato) e percepção das mudanças, desafios e perspectivas de futuro do carvão e outras alternativas - e também de relação indireta, a fim de mapear percepções, correlações e estimular reflexões, a partir de questões sobre segurança/risco do trabalho com carvão, seus impactos na natureza e na saúde. Nesta perspectiva, as entrevistas eram, para além de fontes de informação, práticas educativas, de estímulo à reflexão e análise sobre o carvão e a qualidade de vida presente e futura no território.

A partir da condução das entrevistas, eram estimuladas a análise e busca pela compreensão das subjetividades inerentes aos indivíduos, organizações, comunidade e às relações sociais que se dão entre eles (MINAYO, 1993).

Ainda, em certos casos em que os entrevistados tinham afinidade e disponibilidade de participar das entrevistas conjuntamente, estas foram realizadas em Grupo Focal (GF), com o mesmo roteiro. Cabe ressaltar que essa técnica não permite a generalização dos resultados, mas sim o aprofundamento e qualificação das análises.

A ética na pesquisa, sempre rigorosamente seguida pelo DIEESE, estabelece que os entrevistados tenham plena clareza com relação aos propósitos da pesquisa e o conteúdo da entrevista. Assim, foi elaborado e aplicado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para assegurar a confidencialidade do participante (com a utilização de pseudônimo¹), o direito de interromper

¹ Para cada entrevistado foi adotado um número. Desta forma, o campo 1 - Candiota - tem relatos dos Entrevistados 1 a 25, enquanto o campo 2 - Santa Catarina - tem listados entre Entrevistados 26 a 61.



sua participação sem ônus e a consonância com os termos da pesquisa, incluindo a autorização da gravação em áudio e sua participação voluntária. Vale ressaltar que as entrevistas e gravações de visitas técnicas no campo de estudo foram transcritas (por empresa contratada) e posteriormente classificadas. Estes resultados foram organizados mediante a identificação de categorias espontâneas, a partir de temáticas que emergiram de maneira recorrente nas narrativas (MORAES, 1999).

Para propiciar uma abordagem sistêmica no tratamento dos dados, foi escolhida a análise interpretativa, consolidando dados das entrevistas a partir das narrativas e da observação do participante. Neste caso, para análise dos dados, utilizam-se três principais fases: 1) fase das observações; 2) fase da classificação e 3) fase das conclusões (MORIN, 2004).

Como forma de garantir uma interpretação dos dados coletivamente, a equipe multidisciplinar, composta tanto por pesquisadores consultores, quanto a equipe do DIEESE, se reuniu desde a concepção do projeto para discutir e avaliar as informações de campo, com a consolidação dos dados obtidos, ao longo do processo.

A análise dessas informações permitiu entender o papel da produção de carvão na interação comunitária e quais reflexões as comunidades têm sobre o debate da transição justa do carvão.

Realização da pesquisa de campo

A pesquisa envolveu a implicação de atores-chave, como mobilizadores sociais, o que foi crucial para sua aderência a cada território. Desta forma, o roteiro de entrevistas teve variações, para poder ouvir o ator coletivo, a partir das lideranças e representatividades de cada localidade, visando o diálogo e a complementação de perspectivas alternativas.

As entrevistas presenciais foram realizadas nos meses de novembro de 2022, no Rio Grande do Sul, e março de 2023, em Santa Catarina – com duração de 10 e 12 dias, respectivamente. Ao todo, foram 40 entrevistas, perfazendo um total de 61 entrevistados, para contemplar as diversas visões no campo da mineração.

Campo 1 - Candiota

O campo de pesquisa de Candiota foi realizado entre os dias 31 de outubro e 09 de novembro de 2022. No total, foram realizadas 18 entrevistas, com 25 entrevistados, conforme demonstrado no quadro 1. Ainda, complementando o contexto de observação participante, foram realizadas 4 visitas técnicas que permitiram maior elucidação quanto às questões socioambientais, culturais e técnicas.

Quadro 1 - Relação amostral dos entrevistados em Candiota, contemplando perfis e gênero:

PERFIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Trabalhadores do carvão (empresa pública)	5	0	5
Sindicalista	1	0	1
Trabalhadores do carvão (empresa privada)	2	0	2
Aposentados	3	0	3
Esposas	-	2	2
Jovens	1	0	1
Movimento Social (MST - assentados)	3	1	4
Poder Público	4	3	7
Total	19	6	25

Além das entrevistas, foram realizadas visitas: às instalações da mineração da empresa CRM - Companhia Riograndense de Mineração, e nas usinas termoelétricas, pública e privada; ao assentamento do MST, onde os pesquisadores puderam vivenciar o processo de plantio orgânico e de produção de leite em pequena escala; aos passivos ambientais na região, possibilitando observação das questões sociais e de vulnerabilidade na ocupação das habitações do entorno do centro da cidade.



Campo 2 – Capivari de Baixo, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso (Santa Catarina)

O planejamento do campo desvelou-se complexo e em constante efervescência. Dentre os acontecimentos próximo ao período de trabalho de campo, ocorreram: dois acidentes de trabalho com vítima fatal - na Carbonífera Metropolitana, no dia 19 de janeiro, em Treviso, e na Carbonífera Belluno, no dia 14 de fevereiro, em Lauro Müller (resultando, respectivamente, na interdição parcial e total destas minas); a revisão de NR22 - segurança e saúde ocupacional na mineração; a negociação coletiva – campanha salarial; e conflitos no território entre diferentes movimentos, sobre a pauta do carvão.

O campo de pesquisa foi realizado entre os dias 05 e 16 de março de 2023. Foram realizadas 22 entrevistas e 36 entrevistados diretamente, conforme demonstrado no **quadro 2**.

Quadro 2 - Relação amostral dos entrevistados em Santa Catarina, contemplando perfis e gênero:

PERFIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Entidades sindicais	11	-	11
Trabalhadores do carvão (empresa privada)	5	2	7
Aposentados	3	-	3
Movimento Social/ Academia / Outros	7	2	9
Gestores (de carbonífera e empresa de energia)	3	1	4
Poder Público	2	-	2
Total	31	5	36

Fundamentado pelos resultados preliminares do Campo 1 - Candiota (RS) constatou-se a necessidade de ajustar a representação dos atores sociais e perfis demandados, com menor representação de trabalhadores da mineração sindicalizados



(perfil com maior amostra no campo 1) e maior participação de outros atores sociais, para ampliar e identificar novas narrativas e espaços de diálogo.

A partir das pesquisas de identificação do território e de materiais previamente publicados, identificou-se a necessidade de incluir representação de sindicatos de eletricitários e comerciários, gestores ou empresários do carvão, ambientalistas e acadêmicos. Ademais, buscou-se diversificar os articuladores do campo, como possibilidade de narrativas alternativas a quem tem relação direta com a atividade do carvão e representações de movimentos sociais identificados no levantamento preliminar. Diante da experiência de organização passada e presente foram incluídos os movimentos dos municípios de Içara e Orleans, pertencentes à mesma região carbonífera.

Neste contexto, vale ressaltar que a pesquisa de campo 2 corresponde a um recorte da região carbonífera do Estado de Santa Catarina, sendo a amostra composta por Capivari de Baixo, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso. Isto é, apresenta uma visão da região carbonífera e não de cada cidade. Embora as cidades e suas especificidades sejam consideradas no projeto e nas entrevistas, o perfil dos entrevistados não foi equânime em cada território.

Ainda que na etapa de ajuste inicial do projeto Criciúma tenha deixado de configurar um município de amostra, indiretamente foi contemplado na pesquisa por ser um município sede de operações dos sindicatos/associações, como a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (SIECESC) e Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC). Ademais, possui representação histórica, sendo considerada a capital do carvão, resultado da atividade econômica da mineração na fundação da cidade.

Ainda, complementando o contexto do trabalho de campo, além das entrevistas foi realizada observação participante numa visita técnica à Mina de Cruz de Malta. Também foi possível conhecer áreas de recuperação ambiental e de passivos ambientais; o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro (conhecido popularmente como



Museu do Carvão), em Lauro Müller, e a Associação Beneficente da Indústria de Carvão de Santa Catarina (denominada SATC) - braço assistencial da Indústria Carbonífera do sul de Santa Catarina, mencionada em diversos momentos durante o campo e por todos diferentes perfis. No mais, foram feitas visitas aos destinos e atrativos turísticos da região – mais especificamente em Nova Veneza, Siderópolis e Serra do Rio do Rastro, além da a Mina de Visitação Octávio Fontana, uma atração turística de Criciúma a fim de compreender o que é ofertado e a mencionada vocação turística do território, várias vezes elencada nas entrevistas como alternativa econômica.

Contextualizado o trabalho de campo, a seguir serão apresentados os resultados e discussões, com respectivas considerações representadas em falas dos diferentes entrevistados, compondo as impressões do campo.



4. NARRATIVAS E REFLEXÕES

A análise de informações qualitativas é bem complexa, inclusive para ‘traduzir’ a cultura das duas regiões com relação à mineração do carvão. De forma que, devido à amplitude e volume de dados, produziu-se uma “interpretação mais densa” dos apontamentos e percepções das situações específicas.

Independentemente das seções temáticas pré-estabelecidas nos roteiros, foi a identificação de marcadores com base na análise interpretativa do conteúdo das falas que configurou as classificações dos dados em categorias espontâneas, a saber: cultura da mineração na formação do território; identidade dos trabalhadores da mineração; efeito multiplicador; naturalização dos impactos; conjuntura; diálogos; e caminhos futuros (oportunidades).

As classificações pertinentes aos campos traduzem o território e a



cultura dos entrevistados, sobretudo trabalhadores do carvão, principal enfoque da pesquisa. Não obstante, foi possível verificar que as classificações criadas na pesquisa do Campo 1 se mostram relevantes para o público investigado no Campo 2, sob outros prismas. A fim de caracterizar as especificidades dos resultados de cada campo, foram adotados diferentes subtítulos para estas categorias.

4.1 NARRATIVAS E REFLEXÕES DE CANDIOTA – RIO GRANDE DO SUL

Cultura da mineração na formação de Candiota

Esta categoria traz as implicações da mineração do carvão no contexto histórico e na configuração socioespacial de Candiota, apresentando a formação de uma cultura da mineração na ocupação e (des)usos do território. Esta categoria representa os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conduzidos pela mineração em Candiota.

Candiota é um município que está localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, sendo caracterizada como uma região pobre pela maioria dos entrevistados. Entrevistados 13 e 3, inclusive, justificam essa condição pela cidade não ter uma “indústria forte” e por estar na parte de fronteira com o Uruguai.

O surgimento da cidade está relacionado à descoberta do carvão nas margens do Rio Arroio Candiota (IBGE). E é a sua relação com a mineração do carvão que contextualiza essa pesquisa.

Ao abordar a mineração, o imaginário é de mina subterrânea, no entanto, em Candiota a mineração é de superfície. São minas abertas, o que para os entrevistados de Candiota (como Entrevistados 4, 1, 25 e 19) facilita tanto o processo de mineração, quanto a regeneração do solo. A partir da fala dos entrevistados pôde-se perceber inclusive uma naturalização dos impactos, como será relatado à frente, e uma percepção de que por isso a atividade é menos perigosa para os trabalhadores e o meio ambiente.

Relativo à relação de Candiota com a mineração do carvão, há um símbolo ilustrativo que marca a entrada da cidade. Como será discutido ao longo do texto, a mineração é dita como o coração de Candiota e isso pode ser visualizado no seu pórtico, que apresenta o nome da cidade, com a letra “I” representada pela usina, complementada por um coração acima, como o “pingo” que compõe a letra.



Entrada de Candiota, tendo a mineração como o coração

Segundo entrevistados (Entrevistados 9 e 10): “Candiota foi um município criado pela CRM”, de modo que a cultura da mineração está na formação do município, inclusive na ocupação do território.

A mineração conduz a lógica e organização espacial do município. Candiota apresenta “vilas” criadas conforme a localização do trabalho na mineração, tanto próximo às minas quanto às usinas, mas distantes umas das outras, configurando um território polinuclear com núcleos populacionais.

Algumas dessas vilas foram abandonadas parcialmente conforme a desativação ou encerramento de fases da mineração. Isto é, a construção das casas e vilas, assim como seu abandono, segue a expansão dos espaços a serem minerados.



Na história de Candiota, inicialmente foi fundada a Vila Residencial (2 km da usina), em 1956 (LIMA, 2016), para atender a Usina Candiota 1. Essa vila fica bem próxima da Usina, que posteriormente foi desativada e funciona como um Centro Cultural. Na época de sua atividade, segundo relatos dos moradores (Entrevistados 20 e 23), havia cinzas pelas roupas, pelas ruas e no forro das casas, também trazendo muitas alergias e problemas respiratórios. Por observação participante pôde-se constatar que as casas da Vila Residencial são boas, de alvenaria, mas sem manutenção/reparo. Como um condomínio, mas abandonado. São casas distantes umas da outra, com terreno amplo, infraestrutura de água e saneamento, ruas asfaltadas, como relata Lima em seu livro de resgate histórico (2016). Contudo, ao olhar para as casas, a usina (Fases A, B, C) está muito próxima, adjacente. Essa se tornou a vila ocupada por trabalhadores da mineração com os cargos hierarquicamente mais baixos, diferentemente da Vila Operária, que tem residentes com outro perfil econômico.



Visão da Vila Residencial - Candiota (RS)

Ao realizar entrevistas nas casas de moradores, na ocasião oportuna de conhecer essa vila, pôde-se observar que as atividades de clube, restaurante e padaria, em sua maioria, estavam fechadas. Desta forma, os moradores têm que ir até Lassance para encontrar esses serviços. Este contexto de fechamento e abandono remetia a compreensão ou percepção de espaço sem vida, e com pouca circulação de pessoas naquela localidade.



Posteriormente, foi construída a Vila Operária, voltada a outro perfil de trabalhadores da mineração, aqueles com maior poder hierárquico e econômico. Ainda que mantenha a atmosfera de áreas de lazer como clubes fechados como na Vila Residencial, a Vila Operária apresenta casas com estruturas melhores, maior distância da usina (12 km) e não recebiam cinzas, exatamente pelo afastamento, o que demonstra essa diferença de classes nas habitações. Ilustrando essa diferença, Entrevistado 13, que foi morar nesta Vila como filho de trabalhador e que vinha estudar próximo à indústria, relatou que em sua infância havia muitas cinzas na escola e no caminho. Entrevistado 4 descreve ainda que, na Vila Operária, ficavam:

“As pessoas que tinham mais dinheiro, os engenheiros, as classes mais altas [...] as classes mais baixas ficavam na vila residencial, e que agora isso mudou, que a fase A e B foram projetadas para o particular, para ir para as moradias, então [as cinzas] não chegava na Vila Operária a 12 quilômetros.” (Entrevistado 4)

Atualmente algumas salas das instalações foram cedidas à prefeitura de Candiota para os vereadores. A diferenciação de estrutura de casas e distância da usina também se dá na ocupação das vilas, que passou a separar espacialmente as classes trabalhadoras, entre engenheiros (da Vila Operária) e operários (da Vila Residencial). Essa dicotomia na composição dos residentes é reproduzida nas narrativas dos entrevistados como “vila de ricos” e “vila de pobres” ou de “engenheiros” x “operários”.

O distanciamento no modo de viver e na localização de cada vila se acentua com a (i)mobilidade do território, que demanda meio de locomoção própria entre a maioria das vilas. Ainda, a própria noção de centro da cidade é questionável. Conforme dito por Entrevistado 24, não há um centro geográfico da cidade, sendo o carvão o próprio centro de Candiota e complementa: “os motoristas, os operadores de máquinas, todos orbitam em torno da mineração. Nos últimos 10, 15 anos não se prioriza nem a educação, nem cultura e nem meio ambiente”.

Nesse sentido, o atual centro da cidade de Candiota é Dario



Lassance, bairro onde está a CRM e onde continuam as atividades de mineração na mina adjacente aos seus limites. Embora conte com a maior parte das instalações da prefeitura e dos serviços (de alimentação e hospedagem) disponíveis, não há hospital, e o lazer é escasso, representado apenas por menções saudosas a clubes fechados e quadra de futebol, vista em uso pelas crianças da cidade apenas uma vez durante o período da pesquisa de campo. Aliás, a falta de lazer foi uma fala recorrente entre os entrevistados, que explicaram que essas atividades eram buscadas em Bagé (como Entrevistados 9, 10, 1, 24 e outros).

Ao vivenciar a hospedagem no “centro” (Dario Lassance), pôde-se observar a falta de ocupação da praça, a igreja central fechada e a cidade basicamente ocupada por trabalhadores que andam muitas vezes de uniforme, sendo caracterizada como uma “vila industrial”. Os restaurantes só abrem para o almoço e um dos restaurantes que fica aberto todos os dias de semana é o que faz quentinhos a serem entregues na Usina.

Assim, as atividades em Candiota se movem de acordo com a mineração. Se por um lado, nas duas vilas, os clubes e grande parte das atividades foram fechadas, por outro lado, a mesma lógica da mineração fomenta as atividades comerciais em Dario Lassance. É também neste bairro que acontece o processo de favelização da cidade, ainda como reflexo da atividade da mineração.

“Nesses 13 anos esse era o pior momento em Candiota, com os fechamentos das fases A e B, e que muitas pessoas tinham ido embora, e que estava em um processo muito complicado, de favelização também.” (Entrevistado 4)

Em visita com Entrevistado 24, a equipe de campo pôde observar “agrupamentos subnormais” margeando a usina, na periferia de Dario Lassance. Eram habitações de madeira, muito pequenas, sem saneamento, com tubulação direta no solo e algumas moradias sem banheiro. Segundo relato deste entrevistado, grande parte dessas casas são de trabalhadores que vieram para construção das usinas e que decidiram ficar após a finalização de suas atividades.



Na organização socioespacial do município, para além da relação com carvão, cabe ressaltar que Candiota tem na sua fundação também a atuação do MST, com assentamento composto por 800 famílias. Esse movimento forte na reunião, que também compõe outros municípios como Hulhas Negras, fomenta a economia local a partir da agricultura e da pecuária. Paralelamente, há um movimento voltado para a plantação de soja em latifúndios e arrendamentos de alguns assentamentos para o plantio de soja. Como ressaltado em muitas falas, há vinhedos, plantio de soja e demais atividades de atuação do MST, que segundo esse perfil de entrevistados, são muitas vezes consideradas menores, especialmente pela questão da mecanização na área rural gerar poucas vagas de trabalho, que normalmente são safristas.

Outra localidade citada nas entrevistas que pode demonstrar a relação da formação territorial com a mineração é a Vila do Seival. Ela tem importância histórica vinculada à participação na Revolução Farroupilha, por meio da Batalha de Seival. É a vila mais antiga, onde foi desativada uma usina. Então, ela é mencionada constantemente como uma vila fantasma, triste, abandonada, e como materialização do receio de que as outras tenham o mesmo futuro. O receio é agravado pelo isolamento ou distância entre vilas e delas em relação ao bairro central, o Lassance, onde tem a prefeitura e o sindicato.

Neste viés, há uma cultura baseada na exploração e depois na falta de cuidado e apoio “após essa fase”, em relação às moradias e, em certos casos, com a natureza e com as pessoas que dão vida à mineração.

Retomando a configuração espacial de Candiota, o município se caracteriza por ser polinuclear, onde cada “vila” é um núcleo. Embora estejam conectadas em relação à mina, que fica mais próxima à cidade, são localidades afastadas, com limitada oferta de transporte urbano (e em certos casos, ausente) entre vilas; ligadas apenas por uma estrada, onde fica a usina.

É uma cidade que chama atenção pela falta de cuidado e pela “falta de pessoas”. A baixa circulação de pessoas, reunião de



grupos e pequenas aglomerações pode estar relacionada não somente pela (i)mobilidade frente à oferta de transportes e distâncias, mas também devido à ausência de um centro, uma praça, equipamentos de lazer, enfim, de lugares de contingência, de encontro. Então todos se conhecem, mas não se encontram. Vivem em bairros diferentes e distantes social e espacialmente uns dos outros.

E essa sensação de afastamento e falta de compreensão também se estende ao “desconhecimento” das minas, já que nas entrevistas pôde-se entender que grande parte dos moradores que não é trabalhador, não conhece as minas, mesmo morando ao lado da localidade. Nesse ambiente de complexidade, pôde-se compreender essa categoria a partir das contribuições de Lefebvre (2001) no que tange o direito à cidade, sobre as relações e organização social que se dão pelo encontro nos centros urbanos, pensando na organização espacial urbana. É uma cidade que não tem encontro, e isso foi descrito na maioria das entrevistas.

Segundo Entrevistado 4, há um contexto de (i)mobilidade e limitações de logística, além da dependência econômica do carvão, que vulnerabilizam Candiota:

“A dificuldade aqui é que não é uma cidade projetada, que tem dificuldade de logística, que os bairros são distantes, e que a economia é muito dependente do carvão. Então, com esse processo de transição, era muito importante o governo federal investir em outra atividade na região.”
(Entrevistado 4).

Esse apontamento indica a relevância social da corrente pesquisa, como uma demanda do ICS e do DIEESE, mas sobretudo das pessoas de Candiota, nas vozes da maioria dos entrevistados, sobre o incentivo a outras atividades para além do carvão.

Identidade dos trabalhadores da mineração

Essa categoria apresenta, a partir das memórias com relação à mineração, seja da família, dos trabalhadores e dos demais atores locais, a percepção da identidade do que é ser um trabalhador da mineração, o que define e mostra tanto a potência dessa atuação, quanto sua vulnerabilidade.

Na análise desta categoria foram observadas 3 grandes denominações sobre a identidade do trabalhador da mineração: I) heróis e desbravadores; II) explorados, sobreviventes; III) separação social entre os trabalhadores.

Essa pesquisa buscou compreender de forma mais próxima a realidade dos trabalhadores, mas também a partir de outros pontos de vista, como do poder público e dos movimentos sociais atuantes na localidade de Candiota e de Santa Catarina.

Referente ao primeiro campo de Candiota pôde-se observar que além da mineração ser considerada central, todos apoiam a mineração, desde os trabalhadores, até representantes do Movimento Sem Terra (MST), mas com compreensões diferentes dessa atuação.

Assim, pôde-se observar que tanto os trabalhadores, quanto representantes sindicais, familiares (inclusive viúva de trabalhador do carvão) e do poder público trazem uma abordagem de heróis que se dedicam pelo bem comum, corajosos e desbravadores, ou ainda “guerreiros apaixonados pelo ofício” como diz Entrevistado 3. Ele inclusive salienta de forma simbólica que o carvão corre nas veias dele: “o carvão hoje se confunde com o sangue, o que eu tenho correndo nas veias é carvão. Tudo que eu tenho eu agradeço ao carvão” (Entrevistado 3). Essa fala traduz a narrativa recorrente e o sentimento de muitos trabalhadores e atores locais.

Entrevistado 13 apontou: “são desbravadores” e, trazendo como essa atuação da mineração do carvão também já fortaleceu o país economicamente, argumentou que já foi o terceiro maior PIB do estado. Para fazer essa correlação, um representante do poder





público trouxe a definição dos trabalhadores:

“Eles são heróis. Enquanto nós estamos aqui conversando, eles estão ali na mina garantindo para que o carvão seja transportado, o carvão seja minerado. Eles estão planejando. Este momento que a gente está descansando, do descanso, e eles estão trabalhando. No período do Natal as pessoas estão celebrando as suas famílias. No feriado eles são heróis. No período chuvoso (...) conseguir que o carvão chegue à usina com a tecnologia adequada para poder gerar energia. Para mim, são heróis.” (Entrevistado 14).

Ele explicou que “tem pessoas que veem o copo meio vazio”, e ele “vê o copo meio cheio” (Entrevistado 14). Ainda nessa perspectiva do heroísmo, mesmo com o falecimento do pai, trabalhador que faleceu com câncer de esôfago, o entrevistado apontou que os trabalhadores são “vencedores, desbravaram para dar condições aos filhos” (Entrevistado 19).

A mineração não é só relevante economicamente, mas crucial para manter diversos padrões de consumo. E tanto representantes dos trabalhadores, quanto poder público apresentaram esse olhar, de tanto honrar o processo produtivo, quanto serem gratos pelo acesso a remuneração obtida. Ser um trabalhador do carvão significa receber uma das maiores rendas médias da região (Entrevistados 1, 4 e 2).

Em suma, todos os trabalhadores mencionaram o quanto muitos vieram de uma realidade onde nada tinham e o quanto, com o trabalho na mineração, puderam se organizar financeiramente, comprar suas casas, cuidar da família e criar outros caminhos.

Ainda, a jornada de trabalho por escalas promove a possibilidade de que, nos momentos de descanso, os trabalhadores tenham outras ocupações ou atividades remuneradas. Tanto que metade dos trabalhadores atuavam com(o): aluguel de imóveis, motorista de transporte, construção civil, em outras fontes energéticas como manutenção de eólicas, dentre outros (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 23, 24 e 25).



Por outro viés, grande parte das pessoas procurou esse trabalho pelo rendimento financeiro e os próprios trabalhadores indicaram que é um trabalho intenso, com exposição a ruídos, máquinas, que demanda uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dentre outros fatores. Neste caso, a escolha muitas vezes se dá por falta de outras opções, o que converge com as percepções colocadas por representantes de associações de moradores e do MS, quanto aos trabalhadores do carvão serem explorados.

Dentre os atores locais, três representantes dos movimentos sociais apresentaram os trabalhadores do carvão como sobreviventes e explorados, por se submeterem a condições de trabalho complexas que afetam sua saúde. Inclusive, Entrevistado 11 apontou que “os trabalhadores precisam de renda, mas têm pouco conhecimento da saúde deles” e outros conhecimentos prévios e que por isso se submetem a um trabalho pesado.

Já na terceira definição foi falado da separação social da própria categoria trabalhadores, que “há dois grupos, um grupo que fica com pequenos salários e outro com altos salários, que nem são daqui” (Entrevistado 15). Assim, foi apontado que os trabalhadores com pequenos salários muitas vezes têm que se submeter tanto às condições impostas, quanto às demandas colocadas.

Essa definição corrobora e mostra a integração das outras duas perspectivas, apresentando que os trabalhadores da mineração, muitas vezes têm que se submeter às condições de trabalho colocadas, e por isso, podem ser vistos tanto como heróis, desbravadores e corajosos, como também sobreviventes e explorados. Um fato que expõe essa questão foi um aposentado (Entrevistado 23), que vivenciou outra realidade, na qual os trabalhadores eram muito expostos às cinzas, e que falou:

“Eu não trabalhava direto no carvão, mas trabalhava... não na mineração, no caso dos mineiros, tanto é que eles têm um tempo de trabalho reduzido, eles trabalham em um ambiente insalubre, mas é (horrível) [...] e a gente ia mostrar para as visitantes lá, eu me lembro que a gente mostrava, e saía escarrando aquele negócio preto, chegava até em casa escarrando aquele negócio preto,



aí eu ficava me perguntando: “E quem trabalha direto aí, permanente aí?” [...] é horrível, eu sentia na pele. [...] E quem se expunha muito, o vizinho aqui dela, que ele morava do lado, e esse foi um que morreu sob o efeito da cinza.” (Entrevistado 23).

Em outro momento da entrevista o mesmo aposentado falou que trabalharia de novo e o quanto era cuidado pela empresa, tendo tantos benefícios.

A partir desse fato colocado, por mais que todos os trabalhadores e os atores locais se coloquem a favor da continuidade da mineração para cuidar dos rendimentos da população, na prática, muitos trabalhadores criam outros caminhos paralelos e se dedicam aos estudos, para cuidar dos seus sonhos, para além da sustentabilidade financeira.

Isso se reflete dentro da própria atuação dos trabalhadores e sugere uma iniciativa espontânea de transição. Dentre os 11 trabalhadores e aposentados entrevistados, 4 buscaram se formar no ensino superior e atuar em outras áreas e 3 deles buscaram outras atividades remuneradas. Essa relação apresenta a relevância de compreender as repercussões econômicas da mineração, frente a complementação de renda ou outros caminhos em construção.

Efeito multiplicador do carvão: ouro negro para quem?

Essa categoria de análise trata das repercussões econômicas da mineração para Candiota, segundo a perspectiva dos entrevistados. Compreender a percepção desses efeitos pode apoiar o entendimento sobre a receptividade, resistência, receios e perspectivas de uma mudança na atividade produtiva para a vida financeira dos cadiotenses.

Como contextualizado na categoria acima, a remuneração dos trabalhadores, a aposentadoria especial e as conquistas materiais relativas ao trabalho na mineração são atrativos para a atuação nessa atividade e principal argumento a favor de sua manutenção. Há uma crença na maioria dos entrevistados de que a mineração traz efetivamente ganho financeiro para a região, atribuindo ao carvão a alcunha de “ouro negro”.

Referente a isso, Entrevistado 4 foi um dos que relatou a melhoria em sua vida financeira e a qualidade de vida associada aos efeitos deste trabalho. Trabalho este que oferece treinamentos, EPIs e saúde assistida, que qualificam a atividade na mineração segura. Aliado à prosperidade proporcionada aos trabalhadores, tornam o carvão, nas palavras de Entrevistado 4, literalmente o “ouro negro”, a exemplo do quanto mudou a sua vida para melhor. Essa expressão também foi utilizada por outros entrevistados (Entrevistados 1, 12, e 14).

A remuneração para os trabalhadores da mineração como ferramenta de prosperidade a partir do carvão é representada também na narrativa de Entrevistado 24. Disse que “se fez a partir do carvão”, justificando a importância da mineração para si e elenca suas aquisições ao longo de 13 anos de trabalho – de alguém que “não tinha nada” para proprietário de dois apartamentos em Pelotas e uma casa em Candiota. Este é somente um exemplo, mas que reflete a fala de muitos, como Entrevistados 1, 2, 3, 4, 8, 24 e 25.

A relevância desta atividade econômica para a cidade é também





uma colocação recorrente nas narrativas. Segundo Entrevistado 12, as ofertas de emprego em Candiota eram apenas na Usina e na Prefeitura, citando a diversificação de oportunidades mais recentemente, que é bem menos representativa. E explica essa dependência do carvão para a vida da cidade com a seguinte analogia: “o carvão é o nosso pulmão e a usina é o nosso coração”. Assim, mesmo na presente análise sobre o efeito multiplicador, alguns elementos da cultura do carvão na formação do município se repetem, como a representação da usina com coração no pórtico da cidade e a centralidade econômica que se reproduz na lógica espacial. O centro da cidade move-se em função do carvão, como referência, até porque boa parte da arrecadação municipal também vem desta fonte.

Ainda que inegavelmente a mineração favoreça a circulação de receita no município, não necessariamente o recurso financeiro é convertido em investimento para Candiota:

“Candiota tem sinais...Se parte do lucro ficasse aqui, não poderiam ter sinais de pessoas ocupando espaço aqui para... umas casas muito humildes, então isso traz para mim que tem algo aí dessa exploração do carvão que não está sendo bem partilhado o lucro. Tenho conhecimento que parte do lucro não fica na região, também não fica no país, vai para outros países para se investir. Então, ele não é uma produção de trabalho que traz 100% de desenvolvimento. Se ele trouxesse, eu não tenho dúvida que seria bem mais desenvolvido o comércio daqui, a região, enfim. E daria bem para investir, tanto na saúde, na educação, na agricultura, porque nós tivemos uma passagem no governo aqui, [...] da arrecadação investia na agricultura, e trouxe desenvolvimento, conseguimos investir, uma parte muito pequena, e a gente vê que é possível sim desenvolver a região a partir do carvão, desde que ela seja bem partilhada.” (Entrevistado 11).

Em relação ao retorno para cidade a partir dos trabalhadores da mineração, vale dizer que muitos compram casas em outras cidades, como Pelotas. E parte daqueles com maior poder aquisitivo, vivem em outro município, em geral, em Bagé. Isso se

dá porque os trabalhadores, inclusive os que moram em Candiota e são da empresa pública, sempre tiveram acesso às moradias e diversos serviços de manutenção das casas gratuitamente. Essa questão só mudou recentemente com a privatização da usina.

Além disso, Bagé é uma referência para consumo de diversos serviços utilizados pelos residentes de Candiota, como de lazer, saúde e até comércio. E isto se reflete na reduzida oferta de comércios e produtos nos mercados de Candiota, de acordo com a observação dos pesquisadores do campo. Assim, há uma relação externa ao território na prática de consumo e investimento, onde o recurso parece ser “extraído” de Candiota e investido/gasto fora da cidade.

Ademais, Entrevistados 9 e 10 identificam que as atividades e empreendimentos em Candiota não têm continuidade. Segundo disseram, há uma instabilidade constante dos negócios pela sazonalidade. Os negócios começam e terminam, dada a instabilidade no território, falta vontade e investimento externo.

Neste sentido, para os entrevistados do MST, foram os assentados que desenvolveram a cidade, produzindo e consumindo o que vem de Candiota. Inclusive um dos assentados apontou que com a produção de leite na pecuária, e produção de orgânicos, os assentados podem ganhar valores similares aos mineiros. E que mesmo os produtores de soja, sejam assentados ou não, também podem ganhar um valor nessa escala (Entrevistado 11). Assim, o próprio MST trouxe a relevância da sua presença no território para fortalecimento dos fluxos internos, inclusive com ocupação da área rural.

No campo da saúde, um exemplo emblemático é o investimento público no apoio a instalações de radioterapia num hospital em Bagé, que presta atendimento a pacientes com câncer que são de Candiota, conforme relatado por Entrevistado 14. Neste caso, até mesmo o hospital que atende Candiota e que recebe recursos da cidade, não está nos limites do município. Considerando a incidência de potenciais casos de câncer associados à permanência em ambientes do entorno habitual de instalações da mineração (dentre outros casos apontados na classificação de



naturalização dos impactos). Esse fato pode afetar a estimativa de casos subnotificados em Candiota, como será discutido no item a seguir.

Em relação ao retorno para cidade a partir das empresas de mineração, há um entendimento generalizado de que elas contribuem com benfeitorias. Entrevistado 3 exemplificou que a Associação de Moradores do Seival estava negociando com a COPELMI um ginásio para o bairro e isso seria uma grande benfeitoria. Segundo seu entendimento, as benfeitorias são voltadas para educação (escola), saúde e para associação. No entanto, para representantes do movimento social e atores locais, muitas vezes não investem em alternativas para geração de renda (Entrevistados 9 e 10).

O Centro Cultural de Candiota – Usina² do Saber – é um exemplo de investimento com fonte da mineração. Esse espaço era uma usina (Candiota 1 – uma fase já desativada) que recebeu recurso de compensação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). É um prédio com uma estrutura grande, nova e onde visivelmente houve grande aporte financeiro. Tem maquetes, lembranças da fase da mineração que operava e onde, há uns meses, funciona uma faculdade a distância, utilizando uma sala de aula. Pretende-se criar um museu neste espaço, mas na ocasião da realização do trabalho de campo, ainda era um projeto parado. Além da necessidade de manutenção de rotina, sugeria ser um espaço subutilizado, frente ao investimento.

O recurso da mineração parece valorizar a sustentabilidade da própria mineração e não apoiar as pessoas e a sustentabilidade econômica do município por outros caminhos. No mais, considerando a lógica de investimento e consumo em outras cidades, questiona-se: ouro negro para quem?

Para o MST, embora reconheça o investimento da mineração, a lógica de destinação dos recursos é assistencialista. Neste sentido, Entrevistados 9 e 10 destacam a importância de investir em iniciativas de empreendedorismo e comércio justo, mas sobretudo, de validar coletivamente a entrada e uso de dinheiro de compensação. Isso denota a pertinência de ampliar os espaços de diálogo inclusive para a Transição Justa.

² Grifo nosso para acentuar a representação da mineração num espaço cultural de Candiota.

Naturalização dos impactos em defesa do carvão

Esta categoria apresenta a dificuldade de se abordar a temática da saúde e do impacto da mineração na natureza, em função de ser uma atividade presente no seu cotidiano. Trata da naturalização dos impactos que acontecem, por parte dos atores locais – mesmo quando são eles que passam por essas adversidades.

Tanto a temática do impacto à saúde humana, quanto à natureza, foram assuntos delicados, e por vezes não explorados com profundidade nas entrevistas. Inicialmente, parecia que havia uma resistência por parte dos trabalhadores em falar dessa questão, e de fato há, por acreditarem na sua atuação e terem o intuito de preservá-la. Referente a isso, a temática foi mais bem aprofundada pelos demais atores locais e aposentados. Contudo, ao abordar a temática com outros perfis, tanto com poder público, quanto com os movimentos sociais, pôde-se compreender que o assunto é difícil para todos.

Com relação aos impactos à saúde, os trabalhadores relataram: os ruídos na área de trabalho, casos de pneumoconiose (mas que atualmente não haveria mais) e acidentes de trabalho com alguns colegas. Relativo aos impactos ambientais, comparavam outras atividades, argumentando serem mais agressivas do que a mineração, demonstrando um posicionamento defensivo. Segundo Entrevistado 3, "se tivesse alguma coisa errada a gente saberia", e em comparação, apontou a falta de fiscalização de impacto ambiental da atividade agrícola, da cana, como contraponto para os impactos ambientais do carvão. Assim como Entrevistado 4, que argumentou: "quem mais prejudica é a soja que é plantada do lado do rio". Cabe ressaltar que tanto os trabalhadores, quanto representantes do MST, criticaram o fato de a plantação de soja estar próxima ao reservatório de água da cidade. Filhos de mineiros, familiares e trabalhadores entrevistados relataram que na época de Candiota 1, o processo de mineração era feito sem recomposição do solo, gerando passivo ambiental, inclusive contaminando as águas, e por conseguinte, o ambiente, os trabalhadores, seus familiares e demais moradores.



Entrevistados 19 e 20 apontaram que naquela época havia muitas doenças de pele, alergias e principalmente doenças respiratórias, que perduram até os dias atuais. Um destes entrevistados, inclusive, precisa tomar injeção semanalmente para bronquite e medicação, contudo, continua morando próximo à usina, onde outro familiar - trabalhador da mineração – faleceu de câncer de esôfago. Essa é a situação mais emblemática, pois foi constatado pelos médicos que a doença foi advinda do trabalho e mesmo assim, além de permanecerem na região, ambos entrevistados não atribuem culpa à empresa e acreditam na mineração como um meio de garantir a sustentabilidade financeira de Candiota. Esse fato representa como os impactos são naturalizados, inclusive por quem vivencia isso com seus familiares, especialmente os impactados pelo passivo ambiental, considerando a atual melhoria em relação a como eram os processos produtivos anteriormente.

Nos relatos, Entrevistado 23 discutiu que voltava cheio de cinzas e todo sujo para casa, “com pigarro preto saindo”, Entrevistado 20 descreveu a dificuldade de lavar as roupas e de sair de casa em alguns momentos, pois as cinzas oriundas da queima de Candiota 1 estavam presentes em todos os lugares, vide que a chaminé era na altura das casas.

Mesmo com todos esses fatos e vivenciando o impacto na saúde-morte de um parente, Entrevistado 19 que trabalhou nas empresas terceirizadas, hoje representante de movimento social, luta pela garantia de permanecer morando em Candiota. E acredita na mineração como significativa fonte de arrecadação e manutenção de recursos para o município. Já morou fora da cidade e voltou para Candiota, por considerar a capital insegura em termos de violência, comparada a sua vila, onde pode morar com as portas abertas.

Foram relatadas também, respectivamente por Entrevistados 9 e 10, outras questões com relação a saúde: “casos graves de alergia e de vesícula, de pedra no rim, pedra nas vesículas, problemas coletivos”, “alergias respiratórias, das alergias de pele, que tem muitas pessoas com alergias respiratórias, muitas mortes de acidente”.



Com relação aos impactos ambientais, cabe ressaltar que o processo de mineração e de queima do carvão mudou desde o início da sua exploração, na fundação da primeira vila, em na década de 1956, até o presente momento, por conta da mudança dos processos na filtragem e no tratamento dos particulados e da exigência de equipamentos de proteção individual. Devido a adoção dessas mudanças, as atividades das fases A e B da Usina mista foram paralisada pelo fato de os particulados emitidos não estarem em consonância com a legislação vigente. Grande parte dos trabalhadores apontou que esse fechamento aconteceu no antigo governo federal, que tinha uma política de privatização, e que as instalações poderiam ser revitalizadas, para atender a legislação ambiental. Vale salientar que os impactos à saúde parecem atenuados, entretanto, mesmo com as mudanças, ainda há visíveis impactos ambientais.

Com relação à contaminação da natureza ao longo do histórico da mineração em Candiota, Entrevistado 10 contou que antigamente a água era escura e ácida em muitos pontos dos rios e que em alguns deles, onde as crianças brincavam, não havia vida: “a partir de uma parte do rio, não tinha animal nenhum, ficava nítido que o rio estava morto”. Diversos entrevistados falaram sobre essas contaminações (Entrevistados 9, 10, 14, 19, 20, 23 e 24), inclusive sobre a coloração preta da água na Vila Residencial. Segundo relato de Entrevistado 11:

“Tem os poços artesianos aqui na região, que quando na época quiseram fazer um estudo do carvão aqui na região, eles perfuraram alguns pontos aqui da região, e nessa perfuração aí surgiu água (...) essa água não é boa para o consumo humano (...). Por que não? Por causa do carvão.”

Colaborando com essa informação, Entrevistado 14, representante do poder público, reconhece essas questões e informa que há um Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) a ser implementado pela CRM para recuperar certas áreas que não foram devidamente cuidadas no passado.



“Você tem uma área degradada, certo? Você reconhece isso, é um passivo, e você apresenta um plano de recuperação. O órgão técnico analisa, os técnicos, os engenheiros ambientais, biólogos. É uma equipe multidisciplinar. Analisa tudo e depois autoriza.” (Entrevistado 14)

Entrevistado 24 indicou esses impactos, mostrando áreas próximas da mineração da CRM que apresentam cinzas por cima do solo, sem recuperação do terreno, com eucaliptos plantados e diversos pontos do rio na área da CRM em que há extrema acidez, tal que não há capacidade da vida (fauna e flora) se fazer naquele local.

“O eucalipto funciona como uma cortina verde, para que a cinza não passe, para realmente proteger a cidade, mas ao mesmo tempo também funciona como uma forma de esconder o que não está regenerado.” (Entrevistado 24).

No tocante a isso, na observação do campo e nas narrativas, pode-se constatar que os eucaliptos utilizados como barreiras verdes funcionam para reduzir as cinzas na região e conter os particulados. Mas também funcionam como uma barreira visual para não mostrar áreas degradadas e para mineração não ficar exposta em alguns pontos (Entrevistados 9, 10 e 24).

Ainda sobre os impactos ambientais, Entrevistados 9 e 10 apontaram que na época em que as fases A e B estavam em atividade, havia episódios de chuva ácida e muitas das plantações orgânicas acabavam, pois a terra não dava frutos. Em consonância, Entrevistado 14 diz que:

“Tinha muita emissão, muita fuligem. Consequentemente, na época, tinha chuva ácida, naqueles anos de 89, 90. Tinha o aramado nas cercas. Ele causava ferrugem no aramado. Isso hoje não existe mais. A gente saiu de uma realidade de chuva ácida para uma realidade do ar de excelência.” (Entrevistado 14).



Contrapondo a colocação acima, os moradores da Vila Residencial (Entrevistados 19, 20 e 23) relataram que quando tiveram que fazer obra no forro/teto das suas casas encontraram muitas cinzas acumuladas. E o acúmulo dessas cinzas pode contaminar e estar contaminando os moradores de diversas casas continuamente.

Ampliando essa questão, ao discutir a temática da saúde com moradores da Vila Residencial e dos assentamentos, foi abordada a questão do câncer em muitos casos, incluindo falecimentos, e do tratamento ser realizado em hospital de Bagé; afinal, “só tem posto de saúde, não tem hospital, que só tem uma ambulância, a própria prefeitura disponibiliza ambulância para levar” (Entrevistado 9). O fato dos casos de doenças pulmonares e câncer serem cuidados fora do município pode gerar a subnotificação dos impactos ambientais e sociais a longo prazo e, em consequência, uma falsa sensação de segurança.

Entrevistado 23, que é trabalhador da mineração aposentado, começou a explicar que muitos falecimentos foram por alcoolismo e não câncer, tentando justificar certas situações, como uma forma de defesa da mineração, mesmo que de forma inconsciente. Esse foi outro fator observável, que mostra tanto essa naturalização dos impactos, quanto a dificuldade de abordar essas questões diretamente. Entrevistado 20 também menciona casos de alcoolismo, porém como consequência de não ter lazer, o que fazer na vila.

Todos esses relatos demonstram que a atividade da mineração gera impactos, que antes não eram devidamente calculados e cuidados, e que hoje ainda há tanto dificuldade de lidar com o passivo ambiental e humano, quanto falar dessas questões de forma aberta.

Atualmente foi apresentado, tanto pelo Conselho de Meio Ambiente (Entrevistados 6, 7, 16, 17 e 18), quanto pelos trabalhadores (da empresa pública e da empresa privada) e pelo poder público, que as condições de trabalho mudaram muito e que as áreas mineradas muitas vezes são regeneradas logo após a mineração (Entrevistados 1, 7 e 8). Justificando que a queima do carvão e geração da energia hoje tem um processo de filtragem e



limpeza das cinzas, em que estas são direcionadas para cimenteiras como matérias-primas, fomentando outros negócios na região. E os particulados são emitidos em baixas taxas, de acordo com a legislação, minimizando os impactos para as pessoas e natureza. Os representantes do Conselho de Meio Ambiente (Entrevistados 6, 7, 16, 17 e 18) falam sobre o diálogo com os órgãos ambientais e como a qualidade do ar tem sido controlada constantemente, conforme as solicitações, e que hoje essa qualidade tem outro panorama, sendo divulgada inclusive em portal.

Relativo a isso, os representantes dos movimentos sociais explicitaram que atualmente conseguem plantar, e que não percebem mais os dentes dos animais desgastados por “chuva ácida”, que impacta em diversos aspectos: “A fase B tinha chuva ácida, que não dava frutíferas, que as plantas ficavam amarelas e as cinzas vinham até o assentamento” (Entrevistado 9). Vale dizer que essa questão da chuva ácida e da dentição dos animais foi abordada em algumas entrevistas iniciais, acrescendo que após a implementação de uma chaminé mais alta, falava-se que os particulados começaram a cair nos pastos do Uruguai, comprometendo até a dentição dos animais e que essa situação causava inclusive um problema diplomático (Entrevistados 9 e 10).

E por mais que representantes dos trabalhadores tenham negado essa informação (Entrevistados 1 e 25), representante do poder público (Entrevistado 14) concordou que havia essa questão, mas que hoje, não há. Nesse sentido, muitas vezes não há debates abertos quanto às críticas à mineração e seus impactos:

“Não tem discussão de meio ambiente, de água e de ar, que essa discussão é muito afastada [...] os poços artesianos, antes, não podiam, porque tinha problema na água, que era contaminada. E que é muito forte na cabeça de todos que não pode discutir, que isso tem que aceitar e tem que seguir junto” (Entrevistado 15).

Entrevistado 12, com o pai que morreu na mineração de outro mineral, apontou como se as coisas fossem assim. Ele, que foi trabalhador do carvão, passou por muitas perdas e golpes, inclusi-



ve de agiotas, e demissão da mineração por conflitos políticos, trouxe as questões como se a responsabilidade fosse dele, sem um olhar de como o panorama da exploração interfere na sua própria vida, e sem conseguir compreender o risco, o naturalizando (Entrevistado 12).

À exceção de Entrevistado 20, que tem depressão e nunca gostou de morar em Candiota (veio acompanhando familiar trabalhador da mineração), os entrevistados, mesmo com todos os impactos apontados, querem permanecer morando em Candiota e que a mineração continue.

No entanto, parte dos trabalhadores afirmou que caso a mineração fosse finalizada, eles sairiam de Candiota, por falta de oportunidades, “para a cidade grande” (Entrevistados 1 e 3). Um dos moradores inclusive parou a reforma de sua casa na metade, por medo da mineração parar as atividades. A casa inacabada demonstra a ferida dos próprios moradores e seu medo de manter/ perder seus sonhos.



Conjuntura: Transição justa para quem?

Essa categoria de análise apresenta a conjuntura atual de Candiota relativo aos fluxos de atividades econômicas em atuação (ou na iminência), como a produção de soja, e frentes que afetam o futuro da mineração, desde o contexto de privatização às discussões e posicionamentos sobre transição justa, segundo a perspectiva dos entrevistados. Compreender a percepção desse panorama pode apoiar no fomento aos diálogos, especialmente, com relação a oportunidades futuras.

A conjuntura de Candiota é complexa, pois envolve uma cidade baseada na cultura da mineração com uma situação mundial de desmobilização da mineração do carvão, inclusive no Brasil, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Ao passo que o mundo está discutindo a transição justa, Candiota ainda apresenta resistência em falar sobre esse assunto e em construir outros caminhos que possam cuidar da sustentabilidade, especialmente financeira, de seus moradores.

A mineração do carvão trouxe ganhos financeiros para a cidade, para os trabalhadores, e para os moradores. No entanto, além de estabelecer uma relação de “dependência do carvão”, esses ganhos estão vinculados também a diversos impactos, tanto da saúde, quanto com relação ao meio ambiente. Embora, nesta vertente, a mineração tenha mudado muito seus processos, ainda há impactos, sobretudo socioeconômicos, que precisam ser mitigados.

Esse panorama ficou ainda mais complexo com a privatização que se deu no contexto de Candiota vinculada ao fechamento das fases A e B da usina pública. Segundo as narrativas, com a privatização, há risco de redução de vagas de emprego, de direitos e perda de estabilidade assegurada pelo emprego público. Assim, concomitantemente às ameaças aos trabalhadores do carvão com a privatização, há ainda um medo constante de que tanto a mineração quanto a usina precisem parar em 2024. Entrevistado 3



apontou que a pressão da privatização já tinha mudado a cidade. Nesse sentido Entrevistado 4 explicitou de como isso estava mudando:

“Em função do governo privatista que a gente vive, assim como fizeram com a CEE, que não deram recursos para trabalhar, para ter pessoas em novos concursos, para continuar tendo uma qualidade no atendimento, estão fazendo com a CRM, não viabilizam equipamentos para eles [...] O serviço começa a diminuir qualidade e a população entende que não está sendo bem feito, mas é em função de recursos de governos privatistas, que não estão chegando e aí está começando a não viabilizar mais o projeto.” (Entrevistado 4).

Há um reflexo na cidade, na evasão das casas, nas placas de venda ou de aluguel, e no medo das pessoas de que a usina feche e a mineração acabe. Esse medo se traduz nas decisões do cotidiano, do futuro dos trabalhadores e dos demais moradores de Candiota. Como mencionado, Entrevistado 1 deixou de finalizar a obra da sua casa, deixando a alvenaria exposta, enquanto aguarda uma definição sobre o futuro da usina. É como se a casa apontasse uma ferida exposta, do trabalhador que espera um veredito de novos horizontes.

Essa complexidade se apresenta em todas as relações, inclusive com funcionários públicos escolhendo sair da CRM e da usina para atuarem na empresa privada PampaSUL e ENGIE³, pelos salários e por melhores condições de trabalho, como explica Entrevistado 4. Enquanto isso, alguns moradores pensam em deixar a cidade para acompanhar a mineração. No caso dos entrevistados, de 25, apenas 3 apontaram que sairiam de Candiota (Entrevistados 1, 3 e 4), outros lutam para permanecer na cidade, com a empresa, que segundo eles, sempre acolheu e ofereceu os serviços básicos de infraestrutura. Até mesmo os entrevistados que não são de Candiota querem continuar morando na cidade. Dizem que gostam de viver lá e se sentem seguros, exceto pelo medo do fim da mineração e da falta de oportunidades de estabilidade financeira na região atrelada a isso, e ainda, de perderem o direito às suas moradias.

³ Ao longo da pesquisa de campo essa empresa foi vendida mas o nome ainda não tinha mudado.



Ainda no processo de privatização, a empresa começou a expropriar os moradores que vivem em áreas originalmente construídas para trabalhadores e seus familiares viverem. Assim, ou os moradores precisam comprar as casas em que vivem (inclusive em leilões com preços exorbitantes) ou deixar suas moradias. Esse processo gerou uma mobilização social da Associação da Vila Residencial, que está se pronunciando contra a empresa, para que os moradores tenham reais condições para comprar as moradias e permanecer na sua localidade.

Referente à conjuntura alternativa, foram apresentados como um caminho paralelo: a agricultura, a pecuária, a produção de soja em latifúndios e o arrendamento de terrenos do MST para produção de soja. Mas para Entrevistados 1 e 4, isso não gera renda para os trabalhadores, e sim para os donos da terra. E justificam que por ser uma atuação mecanizada e regida por safras, os valores obtidos para trabalhadores na área são pequenos e periódicos. Há um receio da monocultura, pois a soja está crescendo muito na região, e isso foi trazido em grande parte das entrevistas.

Vinculado a essa temática, há produção de vinho na região, no mesmo esquema de monocultura e latifúndios, como os casos da Miolo e do Galvão Bueno, que também trazem nome para a região, mas as oportunidades de trabalho são pequenas, com poucas vagas e como safristas, não geram renda contínua para os trabalhadores.

No campo do MST, é apresentado o fortalecimento da agricultura e da pecuária por Entrevistado 15:

“Nós temos uma agricultura muito forte no nosso município, bem forte. A gente tem 800 famílias assentadas e mais os pequenos produtores, então é muito forte, em questão da pecuária. A questão dos grãos aumentou significativamente nesse último período. Inclusive, soja entrou muito forte até nos assentamentos. E a bacia leiteira. Essas são as maiores do interior. A gente tem algumas pequenas iniciativas de agroindústria, que eu acho que poderia ser muito maior. A gente tem potencial para isso. Eu queria muito que fosse. A gente tem a



questão da uva, que vem se formalizando pequena agroindústria da uva, que é suco e vinho, e tem uma agroindústria aqui de panificados e vegetais, mas é só uma. Três, na verdade. Eu queria que fossem cinquenta.” (Entrevistado 15).

Como será relatado na classificação de diálogos, a conjuntura é complexa, com muitas decisões top-down⁴ (de cima para baixo), tanto federais, para os empreendimentos mistos, quanto nos empreendimentos privados, inclusive com a usina sendo vendida, pois a detentora não quer ter seu nome associado a uma “energia considerada suja”. Com esse panorama, muitas vezes os atores locais entram em conflito, cada um tentando resolver a sua problemática individual, sem ter espaços para diálogo.

Outro elemento da conjuntura é a concretização ou não do sonho do “Candiota”. Esse seria a implementação de uma nova fase, num terreno com complexo de nove usinas e caldeira (que levou 15 anos para ser construída). Enquanto para alguns esse grande sonho da região não aconteceu e parece ter morrido, para outros ainda há esse caminho:

“O município de Candiota já está adquirindo através do estado uma área onde seria o antigo Candiota, onde vai ser feito esse parque. O projeto inicial deles é de 200 mil toneladas de metanol, que vai dar 8% do mercado do consumo de metanol, e 600 mil toneladas de ureia por ano. Com isso, ela é uma indústria que agrupa muito. Ela gera muito emprego com maior renda, emprego técnico. Não tenho dúvida de que os próximos anos serão promissores.” (Entrevistado 14).

Não há dúvida, que em uma situação complexa de imposição top-down de TEJ, os atores locais, baseados na sua cultura, queiram manter as atividades como as conhecem, mas também há abertura para discutir caminhos que mantenham o carvão como protagonista e/ou outros paralelos, que serão discutidos na última categoria de análise.

⁴ Estratégia de gestão de caráter centralizador, não participativo, focada em decisão nos maiores níveis hierárquicos que favorecem pequenos grupos de interesse para depois repassar para os demais níveis abaixo. Esses níveis atuam como meros executores das ordens superiores. (VILLELA, NASCIMENTO, FRANCISCO, 2015)



Transição Socialmente Justa

Ao dialogar sobre a TJ, cabe ressaltar que essa é mais uma dinâmica exógena, que vem de fora para dentro. Como apontado pelos trabalhadores, as primeiras usinas vieram dos franceses e depois dos chineses e agora a TJ vem em diálogo pelos alemães, que mesmo falando da temática, tiveram que reativar sua fonte carbonífera.

Para compreender a sensação dos trabalhadores de mineração é importante ir fundo na cultura do território e na história do Rio Grande do Sul. E um dos trabalhadores, representante sindicalista, trouxe uma comparação que exemplifica a sensação coletiva:

“Candiota foi uma das principais no embate da Revolução Farroupilha. Logo após esse confronto entre o império e os separatistas gaúchos, houve uma outra batalha na localidade bem pertinho de Candiota, um dia eu passei lá e estava mostrando para o meu guri, o [Entrevistado 22], que aqui foi a revolução dos porongos, não sei se vocês já ouviram falar também, a batalha dos porongos. A batalha dos porongos era assim, você tinha os gaúchos mesmo, os fazendeiros gaúchos, tinham os negros escravos em 1835 lutando pelo lado deles, eles prometeram para os negros, ‘vocês lutem conosco e serão alforriados ao final da batalha, nós vamos ganhar e vocês serão alforriados’, e os negros, pela própria formação física deles levavam vantagem, que era tudo na espada, na lança, e os lanceiros negros levavam vantagem contra os imperialistas. E na batalha aqui no Seival eles levaram uma vantagem muito grande, e aí os fazendeiros gaúchos olharam e falaram assim ‘agora o que a gente faz com os negros? Porque a gente prometeu, nós ganhamos e prometemos que eles seriam alforriados. Mas olha o problema que nós vamos ter’, enfim, aí um dos comandantes farroupilhas se dirige no sentido de Piratini, que era o local onde eles estavam designando como a capital aqui do Rio Grande do Sul, e passando onde eu estou falando para vocês, o local tem um cerro e no meio do cerro tem uma parte mais baixa, e



ali ele convida os negros, 'vamos acampar aqui porque aqui a gente fica protegido, ninguém nos enxerga', mas não era proteção nenhuma, era um local mais difícil de fugir, e eles recolhem todas as lanças, todas as armas dos negros, botam em baús, tiram de perto e combinam com a parte do império que venham ali e massacram por degola todos aqueles negros. Eles chamam de massacre dos porongos, que é o cerco dos porongos. E eu olho para o dia de hoje, isso até foi motivo para umas falas minhas lá na assembleia legislativa, eu comparo hoje o trabalhador do carvão com um negro, preto, sujo de carvão, mas que nós temos que salvar o mundo, entre aspas, terminando com essa atividade porque ela é suja, porque ela termina com nosso planeta, e é uma alegoria da minha parte, mas é que eu quero contextualizar com essa hipocrisia que existe, porque se nós temos que terminar com a atividade carbonífera, não é aqui, é que outros países tragam o mesmo nível do nosso país, com pouca queima de carvão para produção de energia elétrica. Enfim, é só uma contextualização que eu faço por ser uma questão muito regional nossa, muito local e histórica. A revolução dos porongos faz parte da história do Rio Grande do Sul como uma das maiores tragédias da barbárie que se criou aqui, e foi sangue derramado aqui nessas terras, bem onde estamos." (Entrevistado 1).

A exemplo desta analogia, **compreende-se** que tanto trabalhadores quanto moradores se sentem sacrificados tanto pelo governo, quanto pela pressão internacional. E segundo ponderou Entrevistado 24, essa fonte de energia ainda é utilizada mundialmente, e no Brasil representa apenas 2%, por isso o processo de transição deve ser organizado e pensado junto com as pessoas.

Conforme afirmou Entrevistado 11: “é uma região de muita **contradição**, onde existe muito choque dos grupos interessados”. Consoante Entrevistado 24, o carvão é utilizado desde a revolução industrial, e essa fonte de energia se reinventa. Para ele, sempre dependemos do carvão e por isso é importante que aprendam a se



relacionar com o carvão de uma outra forma, respeitando como ele é utilizado, sabendo que tem impactos, mas refletindo como podem lidar com esses impactos. Nesse sentido, Entrevistado 24 aponta um panorama relevante: “**a transição justa energética deve ser vista como transição justa socialmente**”, que é compreender como cuidar dos trabalhadores e das pessoas nesse processo de transição.

Diante disso, a reflexão que precisa partir desse território é: como promover uma transição justa, que cuide tanto das pessoas, de sua cultura e relações, quanto da natureza e da economia?

Durante uma visita técnica da equipe de campo à CRM, um dos funcionários trouxe uma interessante analogia que ajuda a compreender a mudança do carvão “É mais difícil um caminhão fazer a manobra do que um carro”. Ou seja, o processo de TJ é lento, precisa de esforço coletivo, de movimentos maiores e, por isso, precisa de um tempo para fazer essa mudança.

Também foi falado por todos os entrevistados sobre a questão do **reaproveitamento, como que se pode mudar a forma de utilizar o carvão**. Foi inclusive comparada a questão do lenhador que corta madeira e queima, e do marceneiro que transforma no móvel, e como que o carvão podia ser repensado de uma outra forma, incluindo um polo carboquímico como opção. Então essa é uma fala muito presente, que pode ser considerada numa vertente relacionada ao fortalecimento dos caminhos paralelos de desenvolvimento social.

Numa outra vertente, alguns entrevistados mencionaram: “Acredito que é possível fazer uma transição para sair do carvão” (Entrevistado 11). Já há tanto interesse em discutir a temática, como a intenção de construir um documento similar a Santa Catarina que promova um horizonte temporal da TJ suficiente para fazer essa manobra de mudança, frente ao curto prazo (2024) para finalização das atividades.

É a partir dessa conjuntura e da necessidade de interagir com os atores locais, que é fundamental trazer uma categoria de análise sobre diálogo e participação.

DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO: Por uma transição socialmente justa

A categoria analisa as práticas, trocas e espaços de discussão nas decisões e definições das atividades relacionadas à mineração do carvão que impactam a vida dos candiotenses, pela perspectiva dos entrevistados.

Como discutido na categoria sobre a cultura da mineração na formação de Candiota e a organização socioespacial do território, a ocupação da cidade é fragmentada, sem praças, lazer e com questões de limitação de acesso e mobilidade, dificultando o encontro entre as vilas e as pessoas. Mesmo o centro, que é o que está mais habitado, reflete essa sensação de “abandono”. Essa lógica espacial favorece conflitos, “bairrismo” (dos residentes das vilas), distanciamento, falta de encontros e de diálogo.

A falta de diálogo é reproduzida nas falas. Entrevistados 10 e 9 trouxeram que muitas vezes o tomador de decisão não está no território. O diretor da empresa, os engenheiros etc., são de São Paulo, então eles não trazem uma visão de desenvolvimento social do município. Ainda, segundo disseram, **desde a vila até a Transição Justa** são movimentos estrangeiros impostos a eles, inclusive a “imposição da Transição Justa”, que é uma proposta com origem na Alemanha, “importada” para Candiota, sem o devido envolvimento da sociedade nas discussões.

Segundo esses entrevistados do MST, a primeira vila operária foi construída pelos franceses, depois vieram os chineses. E sempre foi uma força de fora para os novos caminhos. E a transição justa acompanha essa mesma prática, na medida em que vem “de fora”, trazida pelos alemães, não como uma proposta que emergiu do território. Ela está sendo imposta a eles como um novo movimento. E o desafio para este ou qualquer outro caminho para a TJ é compreender como ouvir esse território para entendê-lo, para efetivamente saber o que eles querem fazer e territorializar a transição justa, o que significa construir planos locais de forma participativa.





Outro exemplo da falta de diálogo é o leilão de casas na Vila Residencial, sem a discussão com moradores, que culminou numa ação judicial que comprometeria uma fase da mineração. As casas, que são simples, foram a leilão por um alto preço, inviável para os moradores que nelas vivem desde outras fases ativas da usina, quando não precisavam pagar pela moradia. Houve paralisação e segundo Entrevistado 15, ocorreu negociação baixando o preço das casas para quase a metade do inicialmente proposto e atualmente os moradores estão nesse processo de tentar comprá-las. O prefeito está apoiando e tentando resolver, mas as decisões partiam de outras instâncias, de nível federal e da usina, do processo de ser mista. No entanto, a associação de moradores também tem apoio do Ministério Público. Ainda assim, eles têm muito medo de perder suas casas.

Consoante os entrevistados do MST, uma situação similar ocorreu no assentamento: o interesse em comprar o terreno para minerar, a resistência dos assentados por meio de ação judicial junto ao Ministério Público, o embargo com a paralisação que impede a nova fase, e a percepção de “serem mal vistos”, mesmo favoráveis ao carvão, mas não ao custo de sua moradia. Entrevistados 9 e 10 reafirmaram o medo de perderem terreno (diante da possibilidade contínua de serem minerados) e direitos conquistados pela resistência do movimento. E ainda ressaltaram a falta de informação e o desejo de diálogo.

E o medo é estrutural e estruturante nessas relações, sendo tanto efeito quanto causa. Porque tem um medo dos assentados de perder seu terreno que está acima de uma reserva de carvão, tem o medo dos moradores de perderem suas casas no leilão, e tem medo dos trabalhadores perderem seus empregos. O medo do setor público de perder a renda, o medo da empresa mista, quanto à insegurança do capital e que o negócio seja fechado, e ainda, com as privatizações, há o medo complementar da falta de incentivo e da perda de qualidade na execução do serviço por parte da empresa.

Com relação a essa questão, pôde-se notar o medo do abandono e o desasco, percebido nas entrevistas no intangível e por vezes verbalizado. Metaforicamente, esse medo foi apresentado na sensação de que “o ônibus passou e os moradores de Candiota



ficaram no ponto e perderam sua vez" (Entrevistado 15).

Então o medo faz parte do cotidiano. E com o medo, há a dificuldade do diálogo, há a dificuldade do encontro, há essa dificuldade geográfica e essa dificuldade psicossocial que se reflete nesse medo, que é coletivo. Até porque, percebeu-se uma resistência a qualquer divergência de posicionamento da mineração, como uma coerção a críticas, a favor de um plano maior, ou benefício para a cidade.

O que se pôde compreender é que toda ação que contraria um posicionamento “do carvão” é entendida como contrário ao carvão e, portanto, ao desenvolvimento de Candiota. Sendo que todos os entrevistados, mesmo aqueles que lutam por permanecer em suas casas, são favoráveis à mineração. Todos defenderam a continuidade da mineração, mas demonstraram que não há espaço para discutir expectativas e possibilidades. Sobre isso, Entrevistado 15 destaca que a compensação ambiental não é feita como deveria e elenca os problemas de estrutura e serviços na cidade, refletindo a demanda por diálogo, inclusive para a destinação dos recursos.

Há, neste sentido, um anseio por diálogo para manter a mineração e direcionar os investimentos oriundos dela para um viés não centrado no assistencialismo, mas sim focado em alternativas e iniciativas para o desenvolvimento da cidade, formalizando a mitigação dos impactos e cuidado com a cidade e pessoas, inspirados em Santa Catarina. Segundo Entrevistado 13, **falta um debate sobre o carvão**. Para ele, é fundamental reunir lideranças locais e ter uma comitiva para tomar decisões quanto ao fechamento de 2024, produzindo um documento similar ao catarinense, que conseguiu a liberação até 2040.

Esse mesmo exemplo é citado por outros entrevistados, como Entrevistado 15, que na comparação menciona que o movimento de Santa Catarina, diferente do que acontece em Candiota, foi uma iniciativa pública. E fala que o movimento pela transição justa deve vir pela sociedade civil e trabalhadores, com grupos organizados e pressão popular, não pelo poder público. E opinou que a verba tem que ser direcionada para outras coisas além do carvão, ouvindo as pessoas sobre o questionamento que se não tra-



Ihassem na usina, o que poderia ser feito?

Neste contexto, para Entrevistados 9, 10 e 11, entrevistados do MST, é importante que a mineração aconteça, que a empresa não feche em 2024, mas que haja essa compreensão de desenvolvimento social, com discussão da transição com envolvimento da sociedade, que atualmente não é feito. Eles se colocam pró-carvão e contra a privatização, defendendo a transição e não o fechamento, de uma maneira que cuide do território e das pessoas. Falaram inclusive que o lucro poderia ser mais revertido para um cuidado dessa transição. Uma transição socialmente justa (Entrevistados 9, 10, 11 e 24), corroborando com o que foi apresentado na conjuntura.

Entretanto, consoante Entrevistado 15, há uma dificuldade de dialogar sobre uma transição energética no município, da qual as pessoas não têm a menor abertura para falar sobre as possibilidades. E conta que mesmo sendo favorável, se traz alguma reflexão crítica, há uma barreira profunda de qualquer pessoa em ouvi-la, é excluída. E ainda que considere complicado, afirma que é necessário discutir, porque daqui a 20 anos estarão vivendo a transição justa. E justifica que é cultural, “**mexeu com o carvão, mexeu com a gente**”. Diante disso, defende a renovação do contrato, mas que isso precisa ser dialogado.

Corroborando com essa frase, “mexeu com o carvão, mexeu com a gente”, mesmo quando foi feito um grupo focal com o Conselho de Meio Ambiente de Candiota, havia um discurso cego de defesa do carvão, muitas vezes não respondendo às perguntas da equipe de pesquisa, e continuando na defesa do carvão. Esse posicionamento foi devolvido aos entrevistados, que compreenderam e se abriram para uma outra forma de dialogar. Assim, por mais que haja uma dificuldade de sair da defensiva, há também a vontade de encontrar caminhos, como será abordado nas “possibilidades futuras”.

Aliás, a Transição Justa é uma pauta presente nas narrativas, mas não nos diálogos. Já é discutida, mas de uma maneira velada ou apartada do território, dos envolvidos/impactados. Em instâncias superiores a articulação já acontece. Entrevistado 12 menciona a



atuação de um consórcio, que unifica sete municípios com conselhos com foco na mineração, que tem uma frente parlamentar, e que todos os partidos estão nessa comissão para fortalecer e defender o carvão. Sobre isso, Entrevistado 15 disse que a Comissão defende o carvão e ela, os empregos.

Embora o desejo do diálogo seja expresso por todos os entrevistados, eles não apresentam, nem sugerem caminhos sobre como esse diálogo pode acontecer, talvez justamente pela fragmentação deste território que reflete nas relações desses atores que ainda não atuam como coletivo.

Nem mesmo os trabalhadores estão a par desta situação do fechamento. Até Entrevistado 3, que é representante do sindicato, não falou muito de como esse diálogo acontecia ou estava acontecendo, demonstrando que o diálogo com trabalhadores não ocorre de uma forma sistematizada. Sobre isso, Entrevistado 15 destacou a necessidade de informar as pessoas e ampliar as discussões, argumentando que a maior dificuldade de fazer uma transição é **porque a população acha que não existe outra saída para ser discutida, ou alternativas ao carvão**. Em consonância, Entrevistados 9 e 10 alegam que o município também não enxerga outras possibilidades para geração de emprego e renda, não reconhecendo o potencial da agricultura, por exemplo.

Vale salientar que a experiência da entrevista para muitos foi educativa e terapêutica, no sentido de que há necessidade de escuta, exatamente pela dificuldade com as divergências ou convergências com atuação coletiva, ou na analogia de Entrevistado 15, “a gente fica brigando entre nós, enquanto outros ficam nadando de braçada”. E destacou a importância do diálogo e de serem ouvidos.

Inclusive todos agradeceram a oportunidade deste momento de escuta atenta e empática. Até por isso, houve o pedido de devolutiva da pesquisa por alguns entrevistados, desde retornos ainda no campo - como o pedido de Entrevistado 14 que a equipe de campo conversasse sobre suas impressões com o Conselho do Meio Ambiente -, até depois de finalizada a pesquisa, na esperança de que o trabalho os apoie na amplificação de suas vozes em espaços



Caminhos futuros

Essa categoria de análise apresenta as possibilidades de caminhos futuros apontados pelos moradores e entrevistados para fomentar uma transição socialmente justa.

As percepções dos entrevistados sobre as oportunidades e caminhos futuros para uma transição justa têm três diferentes posicionamentos: I) caminhos para Candiota mantendo o carvão, II) caminhos simultâneos à continuidade do carvão e III) outras possibilidades, alternativas ao carvão. Vale ressaltar que mesmo esses da terceira vertente acreditam que a mineração não pode terminar em 2024 e que precisa ser construído um plano, similar ao documento elaborado em Santa Catarina.

Todos os entrevistados defenderam a continuidade da mineração, pelo menos pelos próximos dez anos. Parte dos representantes dos movimentos sociais e do setor público defendeu a relevância do lucro obtido na mineração ser destinado para o desenvolvimento social e a construção de novos caminhos, que fortaleçam pequenos negócios em Candiota, para além de ações assistencialistas.

Um desses caminhos já contribui com o desenvolvimento deste território. Os representantes do MST apontaram como os 800 assentados contribuem com as questões de agricultura e pecuária, seja pela produção de orgânicos, leite e soja, e o quanto são eles que muitas vezes fortalecem os comércios locais, valorizando os fluxos internos em Candiota. Eles vislumbram o investimento neste tipo de atividade como possibilidade de desenvolvimento paralelo ou alternativo ao carvão. Cabe ressaltar que há uma dificuldade tanto dos trabalhadores da mineração, quanto do poder público, de estimar e compreender a contribuição do MST, enquanto os assentados comprehendem e valorizam a relevância da mineração, mesmo com medo de perder seus territórios e passando por impactos inerentes ao processo produtivo.

“[...] porque as famílias assentadas que produzem aqui, tirando a parte de soja, que é o leite, que é o gado, que é a ovelha, que é a galinha, ela pega, vende, e gasta aqui, essa é a cultura do camponês, pegar e... a sua renda acaba circulando e ficando no próprio município. Mas nós acreditamos que é possível fazer uma transição aqui dessa questão (das termelétricas aqui) [...], do carvão daqui da região de um outro modo, no qual poderia trazer bem mais emprego e renda para os trabalhadores desses municípios, que vivem aqui no município.” (Entrevistado 11).



Neste contexto, há os que defendem novos caminhos com foco na agropecuária e na agroindústria. A partir da disponibilidade de terras, foi apontado que poderia ter investimento no desenvolvimento rural, fortalecendo pequenos negócios, sementeiras, frutíferas, oliveiras, pecuária e vinhedos. Ainda, que poderia ser fortalecida a agroindústria no território, para processar os alimentos gerados, como indústria de vinho e suco nos assentamentos e produção de geleias.

Outro ponto ressaltado pela maioria dos entrevistados foi trazer “**indústrias fortes**” para o desenvolvimento do território (Entrevistados 1, 3, 4, 13, 14 e 15). Nesse viés, um representante do poder público (Entrevistado 14) trouxe a vulnerabilidade das mulheres em relação à falta de oportunidades, indicando a relevância de uma indústria de calçados no território de Candiota como possibilidade de oferta de empregos, sobretudo para elas. Também foi trazida a possibilidade de um frigorífico (Entrevistados 13 e 14).

Ainda nesse caminho, foi argumentada, tanto pelos representantes do poder público, quanto dos movimentos sociais, a relevância de focar na economia solidária e no empreendedorismo para mulheres (Entrevistados 9, 10, 11, 13, 14, 15 e 19). Entrevistado 15 compartilhou o desejo de ter economia solidária na região, considerando que a “**arrecadação do município é alta e só falta distribuir**”. Neste sentido, Entrevistado 9 esperava o apoio federal na eleição do novo governo:



“Deixa o governo Lula ganhar que nós vamos fazer de tudo para que a usina não feche. Não pode fechar. É isso que a gente vinha dizendo antes. São muitos trabalhadores que vão ficar desempregados, envolve hoje, no desenvolvimento do município, para médio, longo prazo, não sei se tem outra alternativa. [...] Ela vai ser um 'baita' instrumento de fazer muita coisa em Candiota. Todas essas limitações que a gente fala de água, de infraestrutura, de recurso até para a própria pequena agricultura. Ela tem esse papel social também e eu acho que só está faltando explorar um pouco mais isso.” (Entrevistado 9).

Entrevistado 15 falou ainda de panificados e de vegetais, relacionados ao campo e aos assentamentos. Entrevistado 13 acrescentou a importância da formação empreendedora para a juventude e de fortalecer os pequenos negócios.

Alguns entrevistados levantaram a relevância de focar nos pontos históricos para fins turísticos, a partir da revitalização e o incentivo a visitas guiadas, tendo Candiota como a terra da felicidade, pela produção de vinhos e espumantes para fortalecer o turismo no território (Entrevistados 14, 24 e participantes do Conselho de Meio Ambiente).

Entrevistado 14 foi alguém que trouxe uma perspectiva positiva mesmo no caso da ausência da usina, com uma afirmativa importante e diferente: **“Nosso futuro será brilhante, com ou sem usina”.**

Ainda há um movimento de manutenção do caminho com carvão, mencionando sobre procurar leilões para novas usinas; construir um parque carboquímico, com produção de metanol, ureia, utilização do biodiesel; e de resgatar o projeto do Candiotão (Todos os trabalhadores do carvão). **Todos os trabalhadores e representantes do poder público focaram na gaseificação do carvão e no desenvolvimento tecnológico para continuar usando o insumo de outras maneiras**, justificando que várias pesquisas estão sendo organizadas no território.

Entrevistado 12, por exemplo, sugere a gaseificação e não antevê



alternativas além de continuar com o carvão. Alega que o plantio é por safra, mecanizado, que não gera emprego. Também afirmou que não há atrativos no município e que até os prédios da prefeitura foram doados pela CRM. **Para ele, sem mineração, o futuro da região é bem preocupante.** Há inclusive entrevistados que disseram que com o fim da mineração, sairiam de Candiota.

Enquanto há uma maior intenção direcionada para manter o carvão por parte dos trabalhadores, há a mesma intenção por parte dos assentados, de permanecer no território, fortalecendo os empreendimentos familiares, a educação do campo e os fluxos internos.

Tanto os aposentados, quanto os trabalhadores e assentados, querem que seus filhos fiquem e tenham oportunidades na região. Há tanto um movimento de manutenção dos filhos seguindo a história dos pais, quanto assentados indo trabalhar na mineração (Entrevistado 8) e, inversamente, trabalhadores indo atuar no campo (Entrevistado 3).

Referente aos jovens entrevistados, enquanto o filho de trabalhador da mineração gostaria de trabalhar com a mineração (Entrevistado 22), a filha de assentada já trabalha no assentamento com pecuária e ganha seu próprio dinheiro ainda na escola, cuidando de todos os processos produtivos leiteiros.

Em um panorama complexo de indefinição do poder público, concomitante à emergência do fechamento da usina mista em 2024, é fundamental reunir as lideranças locais para compor uma comitiva que, inspirado no exemplo de Santa Catarina, discuta, proponha, elabore e delibere um documento legal que ampare Candiota a favor de uma Transição Socialmente Justa.



4.2 NARRATIVAS E REFLEXÕES DE CAPIVARI DE BAIXO, LAURO MÜLLER, TREVISO E SIDERÓPOLIS (SC)

Cultura de mineração na formação de Santa Catarina

Esta categoria aborda a construção da cultura da mineração do carvão na formação da Região Carbonífera de Santa Catarina.

A mineração é parte da cultura dos catarinenses. Está presente nas memórias, na relação com o trabalho, com a natureza, com política e na formação acadêmica de muitos trabalhadores e famílias. Neste processo, mídia, poder público, empresas e sindicatos colaboram para reprodução dessa cultura que reforça a identidade deste território como região carbonífera.



Mais do que representações em convenções, acordos, conquistas e segurança dos associados, os sindicatos atuam também na oferta de saúde, educação e lazer, ampliando sua participação política e a articulação da mineração do carvão em várias esferas da vida dos catarinenses.

“Em todas as grandes lideranças do Sul vieram muitos dos mineiros, e é importante que a gente traga que muitos trabalhadores de comércio eram filhos de mineiros e são filhos de mineiros. Queira ou não, de uma forma ou de outra, traz algum aprendizado político do pai, do irmão, dos familiares que trabalharam na mina de carvão ou que trabalham na mina de carvão. É um sindicalismo com uma situação importante [...] na região Sul e no estado de Santa Catarina.” (Entrevistado 60)

E esse contexto teve reflexos na pesquisa de campo. A inserção no campo 2 já foi um indício do diferencial em relação ao perfil do campo 1 (Candiota, RS), referente à organização dos trabalhadores, engajamento e abertura. Um dos articuladores trouxe a demanda de uma reunião prévia com representantes de entidades sindicais - líderes sindicais e de trabalhadores para apresentação da pesquisa, contexto e propósitos. Este contato inicial favoreceu uma relação de maior confiança dos entrevistadores com os presentes e futuros entrevistados.

O estudo proposto foi bem recebido e os participantes mostraram-se interessados. Tal que, ao final da reunião, alguns diálogos entre entrevistadores e participantes foram registrados. Então, de uma roda de conversa sobre o projeto, a reunião tornou-se entrevista com um grupo focal composto pelos participantes que tinham disponibilidade ao final do encontro. Vale ressaltar que o convite foi estendido a outros dois sindicatos que não enviaram representantes: o sindicato dos Ferroviários e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Beneficiamento do Carvão em Lauro Müller.

Todos os presentes tinham relação precedente com o trabalho em minas, fosse por experiência própria e/ou de familiar. E uma colocação uníssona era que a mina seria um “outro mundo”.

Como disse o Entrevistado 32, “a mina é outro mundo. Uma cidade embaixo de outra cidade”. E ao experienciar esse ambiente, é possível compreender como se forma a intimidade, essa parceria entre mineiros. Neste sentido, foi necessário “baixar à mina”, a partir de visita técnica, para que os entrevistadores pudessem observar este contexto e compreenderem que realmente se trata de outro mundo.

A visita foi na Unidade de Extração Cruz de Malta, da Indústria Carbonífera Rio Deserto, localizada em Treviso – mina de subsolo - reconhecida com um Prêmio de Excelência da Indústria Minero Metalúrgica Brasileira⁵, entre as melhores quanto a tecnologias, processos e conceitos aplicados em mineradoras de todo o Brasil. Na entrada da mina, já no subsolo, há um altar dedicado a Santa Bárbara (imagem 3), a padroeira dos mineiros, um símbolo da religiosidade e de proteção, diante de um ambiente e atividade de risco.



Altar em devoção a Santa Bárbara

Acompanhados e seguindo as normas de segurança, a equipe de campo “baixou à mina”, o que proporcionou uma visão realista das condições, processos e operações encontradas.

A visita incluiu uma parada na câmara de refúgio – área de segurança em caso de desabamento; na mesa do café, um local de convivência durante as pausas, com menor incidência de ruídos

⁵<https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2020/rio-deserto-conquista-22-premio-de-excelencia-e-se-destaca-entre-mineradoras-do-brasil>



sonoros; e seguiu até a frente de serviço atual, onde puderam observar a operação em andamento. Isso incluiu a atuação dos perfuradores de teto no escoramento e avanço da máquina responsável pela extração do carvão, o minerador contínuo, tecnologia de grande porte que reduz o uso de explosivos, embora outras frentes sigam com processos de detonação. Aliás, a atividade mais perigosa dentro da mina, que gera mais acidente é, o escoramento do teto, inclusive, os dois últimos acidentes de janeiro e fevereiro de 2023, em que trabalhadores faleceram.

A mina é um ambiente inóspito e barulhento. É um contexto de instabilidade, que pode ser representado pelo chão – que variava entre pedra, carvão, lama e água – e pelas medidas de cuidado para não pisar nos cabos de energia e evitar encostar-se a pilares e paredes. São várias galerias, com corredores que variam entre estreitos e largos, alguns já fechados por tapumes para preservar a ventilação/oxigênio. Cabe ressaltar que, diferente de Candiota, todas as minas de Santa Catarina são subterrâneas.

O estranhamento dos entrevistadores foi principalmente quanto à escuridão em que ocorrem as operações, mesmo com o sistema de energia da mina. É uma experiência bem singular. A visita proporcionou uma visão detalhada das operações e das condições encontradas no subsolo da mina, permitindo compreender o trabalho envolvido na extração do carvão. E possibilitou diálogo com trabalhadores in loco, compondo a percepção da equipe de campo e na contextualização dos resultados, trazendo inclusive a dialética da atividade.

Considerando que o campo 2 contempla diversos municípios, esta categoria foi observada e pesquisada com recorte regional, de uma cultura da mineração na formação deste território expressa no trabalho, na paisagem, na presença das minas, na religiosidade e devoção a Santa Bárbara, e nos diferentes espaços de cultura, história e educação – com origem, enfoque ou destaque para o carvão.

Um exemplo se materializa no Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, Lauro Müller, também conhecido como “Museu do Carvão”. No contexto de atrativos com temática de carvão e história. O museu

tem foco em patrimônio cultural e ambiental. Por isso, embora a mineração tenha destaque em algumas peças e produções, é um museu da cidade, não do carvão. A história contada vai além do contexto carbonífero. O local apresenta quadros e imagens que apresentam “Recortes históricos de Lauro Müller”.

O espaço é uma pequena sala, na antiga estação ferroviária. A exposição permanente do Ecomuseu Estação de Memórias apresenta recortes históricos e fatos marcantes do município, principalmente no que se refere à estação ferroviária, minas e exploração do carvão. Em destaque, um quadro, apresenta “Lauro Müller: o berço histórico do carvão nacional”.



Vagoneta em destaque no Ecomuseu Serra do Rastro (Museu do Carvão) - Exposição «Estação de Memórias» - Lauro Müller (SC)

Narra que uma versão recorrente da história oral sugere que os tropeiros do planalto serrano, que tinham na Serra do Rio do Rastro um importante caminho para escoamento de mercadorias entre os séculos XVIII e XIX, descobriram as “pedras que pegam fogo”, ao acenderem uma fogueira e notarem que as rochas ao redor do fogo ficaram incandescentes. A notícia se espalhou e atraiu a curiosidade e interesse de comerciantes e autoridades de Desterro e outras províncias.

Ao reunir elementos históricos, culturais e ambientais, o local oferece um espaço para reflexão, aprendizado e apreciação da



relação complexa e dinâmica entre o homem e a natureza. São práticas culturais e as tradições dos grupos sociais e como elas “evoluíram” e se adaptaram ao longo do tempo, que podem contribuir para conscientizar as pessoas sobre a importância de preservar e valorizar tanto a história quanto o meio ambiente e a cultura.

A cultura da mineração entre trabalhadores envolve suas famílias, a cidade e se perpetua de diversas formas, começando pelo fortalecimento da relação entre trabalhadores da mineração e no/com ambiente de trabalho.

Segundo Entrevistado 32, todas as capacitações, treinamentos, toda formação acontece na empresa. É uma preparação que não está disponível fora, de modo que os trabalhadores aprendiam as funções dentro da própria empresa, perpetuando o vínculo entre pessoas que trabalham, convivem e aprendem juntas.

Essa relação construída no trabalho também pode ser significativa para permanência na atividade, como exemplificado na parceria entre mineiros mais jovens e mais experientes. Segundo colocaram no grupo focal, aqueles que trabalham um, dois anos em uma mina e querem sair são pessoas que não trabalharam nisso antes e neste sentido, existem estratégias para continuidade e fidelização na atividade. Como Entrevistado 39 explica, o jovem vem para trabalhar na mina e por vezes faz todo o processo de treinamento, de capacitação, mas quando desce, não fica, não trabalha, ou sai. Em suas palavras “os jovens precisam ter sempre um cabeça branca do lado”, ou seja, para ela, os jovens precisam ter sempre um mineiro mais antigo do lado para poder, de alguma maneira, assegurar a permanência dele na mina, e realizar todas as ações que executam na mina, em treinamento e capacitação.

Entrevistado 39 fala muito sobre a cultura do mineiro. E explica sobre a importância de aproximar a família dos funcionários - formando, por exemplo, um grupo de esposas dos trabalhadores - para que as ações da empresa “tenham eco” entre colaboradores e para além, nas cidades.

Assim, na cultura da mineração, a família inspira como profissão

de várias gerações, forma-se uma segunda família no subsolo, estimulada pelo ambiente e pelo tempo de trocas e mesmas condições e envolve-se as famílias dos trabalhadores, desde o incentivo à educação aos propagados benefícios econômicos extensivos a elas, inclusive o tempo antecipado de retorno pela aposentadoria “precoce”. Por isso, pelo atravessamento com a própria família, mais que uma cultura, o carvão é uma identidade que denomina a região de Santa Catarina e a identidade do trabalhador, chamado de mineiro, como apresentado a seguir.





Identidade dos trabalhadores da mineração:

Essa categoria apresenta, a partir das memórias com relação à mineração, seja da família, dos trabalhadores e dos demais atores locais, a percepção da identidade do que é ser um trabalhador da mineração, o que define e mostra tanto a potência dessa atuação, quanto sua vulnerabilidade.

O posicionamento em relação ao futuro da mineração do carvão em Santa Catarina requer um entendimento sobre a relação entre esta atividade e a memória e identidade dos catarinenses, sobre-tudo daqueles que atuam neste campo.

Na análise desta categoria foram observadas 3 grandes denominações sobre a identidade do trabalhador da mineração no campo 2: I) família; II) a pessoa que tem um sonho; III) corajoso

A experiência do corpo e do risco está muito associada à descrição do que é ser mineiro, mas, sobretudo à família na formação desta identidade.

“O meu pai trabalhou aqui dentro. [...]. Eu costumo brincar que a minha mamadeira foi paga com a geração de energia a carvão, assim como a mamadeira do meu filho foi paga com geração de energia a carvão. Eu sempre tive muito orgulho do que eu fiz, eu gero energia.”
(Entrevistado 56)

“Eu com 3, 4 anos ia nas minas, descia a mina de carvão, ia lá na frente de serviço onde meu pai trabalhava, um quilômetro abaixo da terra, levar café para ele, levar almoço, e hoje é impensável isso, tu não consegue nem entrar no pátio da mina quanto mais baixar à mina. E quantas vezes alguns mineiros me levavam até onde meu pai estava trabalhando. Eu vivenciei muito isso e isso ficou na minha mente, na minha cabeça.” (Entrevistado 60).



“O pai do [Entrevistado 26] faleceu embaixo da mina, e ele é aposentado mineiro. Ver o que é ter gostado de trabalhar em uma mina. Se é outra pessoa, não ia mais querer saber de mina. E assim, os mais antigos faziam o quê? [...]. Eles faziam a roça deles, botavam os filhos para cuidar da roça e iam para a mina. Vinha da mina, ajudava os filhos ali de novo e iam tentar a aposentadoria deles para não viver só da colônia que era mais difícil também. E assim, o meu sogro é mineiro, meu pai foi mineiro, meu avô foi mineiro. Até quando eu casei, ainda disse assim: ‘arrumei uma mulher que não seja puxada para parte da mina’, quando nós começamos a conversar, o pai dela era mineiro também. Não tem como escapar. E assim vai.” (Entrevistado 30)

Sobre quem são os trabalhadores do carvão, Entrevistado 37 e Entrevistado 38 falam que são heróis. Ambos falam muito dos pais, da família, enquanto referência. E para seus pais o fato de irem trabalhar nas minas, seguindo seus passos, foi um grande orgulho, “a notícia mais feliz da vida dele”.

E essa centralidade da família se reproduz na mina. Esse cenário singular e de instabilidade do trabalho no subsolo favorece a proximidade e a relação entre os mineiros, que formam duas famílias, uma família na superfície e uma família no subsolo.

“Porque o mineiro basicamente tem duas famílias. Ele tem a família dele, esposa, filhos e tal, e lá embaixo ele convive com as pessoas 7h12 por dia. Então ele tem um grupo de pessoas lá que fazem parte da vida dele, 7h12, e do período que ele tiver ali, um ano, dois anos, dez anos ou 15 anos, essas pessoas ali vão fazer parte da vida dele. Ele sabe quando o cara compra um carro, ele sabe quando a filha vai fazer 15 anos, ele sabe onde é que o cara foi no fim de semana. ‘Oh esse final de semana eu vou lá no churrasco lá, sabe?’ Tudo. Por quê? Porque ali na hora do café eles conversam: ‘vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. E geralmente na rua quando encontro assim tem sempre um, dois, três mineiros juntos. Vai para



o bar beber uma cerveja, [...] o pessoal do outro conjunto. Até fora eles trazem essa relação que eles têm lá embaixo, essa união." (Entrevistado 28).

Há uma intimidade que se percebe inclusive em visita à mina, onde todos se reconhecem por apelidos. Aliás, segundo Entrevistado 32, a amizade e o companheirismo é o principal ponto positivo na profissão, o que é repetido por todos os entrevistados que têm relação direta com o carvão.

A família é a base do mineiro catarinense, tanto como legado do trabalho que inspira o sonho de também ser mineiro, quanto inspiração para mesmo com medo, seguir no ofício até que possa aproveitar com os seus a sonhada aposentadoria “precoce”:

“A visão do mineiro é aquela pessoa que tinha um sonho. Eu particularmente vim de uma família muito humilde, sem pai e sem mãe e fui criado pelo vô. O vô aposentado de mina. Então eu queria uma perspectiva de vida melhor para mim. O meu sonho era o quê? Era ser policial militar, talvez ir trabalhar fora do país ou ser mineiro. Esse era o meu sonho. [...]. Era ser mineiro. Por quê? Justamente por causa da aposentadoria. A gente sabia o risco que estávamos correndo, mas a gente sabia que mais para frente íamos ter esse retorno, se aposentar mais cedo para aproveitar mais a família.” (Entrevistado 29).

Uma perspectiva recorrente é a visão de que “ser mineiro é ter um sonho”. Tanto o sonho que vem da infância, da memória da família na mineração, quanto o sonho de aposentar-se cedo, mesmo reconhecendo os riscos do ofício, pela oportunidade de aproveitar a família e outras atividades, sejam relacionadas ao lazer ou a outra atividade profissional. Neste sentido, o sonho também é muito associado à batalha. Entrevistado 46, por exemplo, diz que ser mineiro é ser herói, “deixar o sol para ganhar o pão”. Analogamente, segundo Entrevistado 30:



“Trabalhador do carvão é aquele pai de família que sai da própria casa para tirar o sustento da sua família e sabendo o risco que está correndo no dia a dia. Vai lá para baixo é escuridão, no perigo de cair alguma pedra, alguma coisa, mas vai com aquela vontade de completar o seu dia, sua jornada mensal para chegar no fim do mês e ter o que dar para a sua família.” (Entrevistado 30).

No tocante à ciência do risco da atividade, uma terceira vertente do que é ser mineiro é ser corajoso. Entrevistado 41 traduz essa questão na seguinte expressão: “**a mina é o lugar onde o filho chora e a mãe não vê**”. E explica que, embora seja de família de mineiros e trabalhe com isso, a família tem medo e ele também, argumentando que se “você” perder o medo, não volta para casa. Talvez por isso, diga que o trabalhador do carvão é “um homem de ferro, um guerreiro”. Neste mesmo sentido, quando perguntado sobre quem são os mineiros, Entrevistado 45 responde que “é um ato de bravura estar lá embaixo. Não é porque querem, é porque eles precisam”.

Por outro lado, **independentemente das adversidades e do medo, além de criar uma outra família, muitos passam a amar a profissão e a reconhecê-la como identidade, que não se desfaz, mesmo quando o vínculo empregatício acaba.**

“O trabalhador de mina mesmo vai se identificar como mineiro ficando 15 dias embaixo da mina. Nesses 15 dias, ou ele corre, porque ele vai ver: ‘não é isso que eu quero, não é esse o meu caminho. Eu tenho medo do escuro, tenho medo disso, daquilo e tal’ e vai desistir, ou é aquele cara que vai dizer: ‘é aqui’. Esse não vai mais sair da mina, só quando se aposentar. E se ele for demitido em uma empresa, ele vai procurar nas outras para continuar no setor. Se ele gosta, ele gosta do que ele faz. Não é só querer ser mineiro, ele tem que ir lá para baixo, gostar do que faz e se sentir bem.” (Entrevistado 28)

“Quem está lá não quer outra coisa. [...]. Se eu sair da mina, hoje eu quero outra mina.” (Entrevistado 29).



“Sou filho de mineiro aposentado, meu pai era mecânico. Está vivo até hoje graças a Deus. A gente tem essa raça e discernimento de ser mineiro no sangue, a gente está aí porque a gente é raçudo mesmo”. (Entrevistado 31).

“[...] Quem trabalhou em mina tem isso. É meio cachaça” (Entrevistado 26).

Para Entrevistado 29, é o capacete que representa a categoria. E Entrevistado 26 amplia o entendimento de que mineiro não é só aquele “que sai de baixo da mina, tem o pessoal de beneficiamento, lavrador...outros”, que trabalham na superfície.

Entre as narrativas, um dos entrevistados traz uma analogia bem significativa para o trabalho na mina: “é uma cachaça” (Entrevistado 26). Por essa metáfora pode-se entender a profundidade do ofício do mineiro e o que o torna uma identidade. Cachaça, como algo que concede prazer, realização, vigor ou virilidade. Aquilo que matura, aguça com o tempo...e que de início pode ser para abandonar os problemas ou fantasiar a realidade, mas que se torna uma dependência, para comemorar, para revelar alegrias ou esconder tristezas e lamentações, para esquecer a realidade ou para sonhar/imaginar novas realidade/realizações.

Sobre o imaginário do trabalhador do carvão, até neste relato, aparece como uma identidade masculina, ancorado na figura do homem adulto, forte e branco (descendente de alemães ou italianos). Mas no histórico deste trabalho há outras representações que sofrem apagamento ou silenciamento da narrativa hegemônica:

“As Trabalhadoras das Minas de Carvão, que elas praticamente não aparecem na história das minas de carvão de Santa Catarina. Ou seja, eram trabalhadoras invisíveis embora fossem, em determinado momento, 3, 4 décadas, muito importantes para a produção de carvão embora não baixasse à mina. Elas trabalhavam na época como escolhedeira de carvão, eu posso também detalhar um pouco isso porque eu presenciei, ainda alcancei escolhedeiras de carvão em uma das minas de carvão de



Criciúma na CBCA. Como se deu esse processo? Naquele período o carvão era extraído de carvão e pedra juntas. Aí traziam para a superfície, tinha um galpão grande e elas separavam o carvão da pedra. Recebiam infinitamente menos, trabalhavam por produção, ou seja, enchia uma caixa de carvão, levavam para um outro espaço onde era depois carregado por caminhões levado para as ferrovias. E como elas trabalhavam por produção, muitas mães levavam os filhos para ajudá-las na produção. Tem várias fotos mostrando às crianças e os filhos dessas mães que ajudavam, filhos de 8, 4 anos, 10 anos, 12 anos, ajudava a separar o carvão da pedra e isso ajudava na produção dela. Eram compostas, principalmente, essas trabalhadoras por italianas, que a região sul é uma região eminentemente de colonização italiana e por negras, pretas que eram as esposas, as filhas dos mineiros que vieram ocupar as minas de carvão lá na região. É uma história bonita, mas praticamente não aparece nas histórias, dada a importância que elas tiveram lá nas minas de carvão." (Entrevistado 60).

O perfil de um mineiro muda muito, isso pode ser observado nas visitas. Jovens e homens, mas diferente daquela imagem do mineiro antigo. O próprio termo e reconhecimento desta função sofreu mudanças ao longo do tempo. Há uma mudança na referência do que é ser mineiro.

“Antigamente na mina era tudo serviço braçal, todo mundo era servente. Hoje não, tu pergunta pra ele lá: ‘o que tu é?’; ‘eu sou operador de minerador’; daí tu pergunta para ele: ‘como é operador de minerador?’ Ele vai dizer para ti o que ele faz, o que ele não faz. ‘Eu sou eletricista’; ‘o que tu faz lá embaixo’; [...]. Talvez porque.... antes era mineiro porque todo mundo era servente, fazia quase tudo no mesmo serviço e tudo era denominada mineiro. Trabalhava com mina, era mineiro. A atividade era igual, mexia o carrinho, não tinha divisão. Aí o cara se qualificou um pouquinho, passou para eletricista. Aí pra dizer que tem uma qualificação um pouquinho maior do que o



mineiro. Mineiro é aquele que era um servente." (Entrevistado 28).

Entrevistado 28 complementou em tom de brincadeira - "antes se falasse que era mineiro eles faziam fiado, hoje se disser que é mineiro não vende" - sugerindo uma mudança que aparece na identificação da ocupação em carteira, e que também pode reverberar no status e reconhecimento do mercado.

"O cara não é mais mineiro, ele é operador de minerador. 'Eu sou mecânico, eu sou eletricista'. Está perdendo essa questão de dizer: "eu sou mineiro". Antigamente todos, todos, independente. Ah, vou lá em uma loja comprar fiado lá. Profissão? Mineiro. Eu até hoje a minha profissão: mineiro. Porque eu continuo ligado na mineração" (Entrevistado 26).

Pode-se perceber um orgulho legítimo da atividade, inclusive nas mulheres, que ocupam funções mais administrativas, que se autodefinem como mineiras (Entrevistados 38 e 37).

Assim, mesmo com mudanças no perfil, alguns elementos são comuns na categoria. A cultura do mineiro se realiza e se fortalece na família. E embora seja motivo de orgulho, com desejo de aposentadoria nesta atividade e manter-se na cidade, em geral os entrevistados que trabalham/trabalharam com carvão preferem/preferiam que seus filhos não trabalhem/trabalhassem na mina, porque é perigoso. Mas os benefícios, sobretudo econômicos, ainda são elementos de motivação para atuar na mineração.

Efeito multiplicador do carvão: desenvolvimento ou dependência econômica?

Essa categoria de análise trata das repercussões econômicas da mineração para o território, segundo a perspectiva dos entrevistados. Compreender a percepção desses efeitos pode apoiar o entendimento sobre a receptividade, resistência, receios e perspectivas de uma mudança na atividade produtiva para a região carbonífera catarinense.

Um dos principais aspectos positivos da mineração do carvão e amplamente propagados também no campo 1 é, como destaca Entrevistado 42, a geração de empregos. A remuneração dos trabalhadores, a aposentadoria especial e as conquistas materiais relativas ao trabalho na mineração são atrativos para a atuação nessa atividade e o principal argumento a favor de sua manutenção. De modo que há um discurso ou uma crença na maioria dos entrevistados de que a mineração traz efetivamente ganho financeiro para a região, assim como em Candiota.

A estrutura oferecida ao trabalhador das minas fortaleceu a imagem do mineiro como trabalhador corajoso e bem-sucedido. Como descrito por Entrevistado 60, a Companhia Siderúrgica Nacional oferecia uma estrutura aos mineiros que incluía casa de 25m², clube com baile, domingueiras, futebol e cinema ou exibição semanal de filmes no escritório. Eram bairros mineiros e as famílias preparavam os filhos para serem mineiros

“O interessante é que as minas de carvão eram uma das indústrias mais importantes do Sul, não tinha outra indústria. Outras eram de cerâmica, vestuário e tal, mas a única indústria pujante da região do Sul era o carvão e tudo relacionado ao carvão. Trabalhar na mina de carvão, para muitos era uma vitória conseguir um emprego nas minas de carvão. Até porque as minas de carvão, as minerações, as mineradoras diziam que ofereciam estrutura para essas famílias, mas na verdade a estrutura que eles ofereciam, a CSN lá em Siderópolis, Treviso, aquela região, eles ofereciam para os mineiros uma



casinha de 25 metros quadrados - 25 metros para uma família e as famílias eram numerosas, normalmente 8, 10 filhos. Cada mineração tinha o seu time de futebol mantido pela mineradora, normalmente esses jogadores vinham de São Paulo, do Rio, da região para jogar e era chamado fichado na mina de carvão. Alguns locais tinham cinema. [...]. Se não tinha um cinema instalado a empresa passava um filme uma vez na semana na parede do escritório e aí o bairro inteiro, era bairro mineiro, todos eles mineiros, iam lá ver o filme durante um dia da semana. Tinha um clube social de baile, tinha as domingueiras em que as empresas forneciam esse clube. Era futebol no clube, cinema, tinha uma casinha, eles forneciam lá na Boa Vista geradores que forneciam energia. Para os mineiros aquilo era uma riqueza.” (Entrevistado 60)

Nesta época, ainda segundo Entrevistado 60, o mineiro ganhava bem e tinha todo este suporte. **Quem era mineiro era considerado rico diante da pobreza da região**, que tinha pequenos agricultores e outras pessoas que não conseguiam emprego. Podiam pegar vale e comprar no “armazém da mineração”, com açougue que vendia carne exclusivamente ao mineiro e sua família. Mas a casa não tinha banheiro, nem pia para lavar a louça, a escola era primária (para os filhos) e isolada, contando com meio de transporte precário, por um ônibus que circulava em todas as minerações.

Atualmente, Entrevistados 39 e 40 falaram que o piso lá é de R\$3.500, a faxineira ganha R\$3.500. E o supervisor chega a ganhar até R\$12 mil, R\$13 mil. Conforme Entrevistado 51, o movimento sindical explica a boa condição de salário e moradia por causa dos padrões da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que mesmo após a sua saída, se mantiveram como parâmetro.

Além dos salários, também há outros benefícios. Entrevistado 39 exalta a parte da ação social da empresa, e os benefícios e suporte que eles dão à comunidade, como treinamento, cursos noturnos para formar mão de obra para esta e outras minas, trabalho social com as mulheres da comunidade, doação de cesta básica, entre outros. Entrevistado 41 acrescenta o plano de saúde como um



diferencial. Sobre o plano de saúde, ele disse que algumas empresas pagam um subsídio, e o trabalhador paga uma parte desse plano.

Em Treviso, com arrecadação relevante, especialmente para um município pequeno (4 mil habitantes), o ganho financeiro trouxe uma visibilidade que não necessariamente é positiva; além de uma dependência econômica associada ao carvão. Treviso é a maior renda da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e não tem um banco. Contudo, na observação participante, uma coisa que chamou a atenção foi a qualidade de moradia em Treviso. Todas as casas são muito boas, inclusive de trabalhador aposentado – um padrão que chamou a atenção dos entrevistadores, especialmente quando comparado ao campo 1.

Para Entrevistado 48, que é de Içara, a mina gerava muito dinheiro e muito rápido, então as pessoas compravam terra com o dinheiro do salário da mina ou após, também eles ficaram com as terras que eram da mineradora. Um incentivo para as pessoas trabalharem na mina era justamente esse, **ganhar dinheiro rápido para poder comprar terra**. Ele falou que um ponto forte do carvão é o peso econômico na região e a relação em cadeia de geração de emprego no comércio e em outras indústrias. “Ele irradia para muitas coisas boas, como a manutenção da SATC [Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina]”. E falou da segurança energética, mas que os bons salários e aposentadoria são os pilares que mantêm o interesse dos trabalhadores no carvão.

Entrevistado 60 questionou se valeu a pena todo esse processo, argumentando que poucas famílias se beneficiaram disso. Neste viés, Entrevistado 47 inclusive não atribui o desenvolvimento da região à mineração.

Os entrevistados da vertente crítica à mineração afirmam que o carvão só interessa às famílias mineradoras (Entrevistado 50) e, a exemplo de um caso europeu, destacaram a importância de mostrar as possibilidades da região, de falar sobre o custo socioambiental e o que o carvão impede outras atividades de crescerem, mostrando outras possibilidades, para além do carvão



(Entrevistado 51). Afinal, "o carvão é importante, porque ele tomou espaço de outras indústrias e outras atividades que poderiam existir" (Entrevistado 51) e concluem com o exemplo de Criciúma como local que não tem mais mina, mas que sobreviveu e diversificou as atividades. Esse, entre outros entrevistados, destaca a importância de investir em outras iniciativas, mas sobretudo, de validar coletivamente o recurso para investir em requalificação para uma transição justa, o que denota a pertinência de ampliar os espaços de diálogo e a identificação dos principais impactos na manutenção e no encerramento das atividades de mineração.

Naturalização dos impactos em defesa do carvão

Esta categoria apresenta o reconhecimento e a naturalidade em falar sobre impactos à saúde e ao meio ambiente, os riscos de acidentes e a consequente sensação de medo no cotidiano do trabalho de mineração.

Os impactos, tanto à saúde humana, quanto à natureza, foram abertamente colocados, como situação habitual e exposição consciente ao risco. Parte da função e do mecanismo de sobrevivência e cuidado no trabalho nas minas, especialmente de quem atua na frente de serviço.

A questão dos impactos ambientais foi mais profundamente representada nas falas dos entrevistados que não atuam diretamente na atividade carbonífera e têm visão crítica a sua manutenção, como Entrevistados 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 61.

Conforme Entrevistado 49, o carvão é prejudicial nos três momentos: na extração, no beneficiamento e na queima. Nesse processo, contamina (e contaminou) o lençol freático. Segundo ele, é uma atividade que necessariamente gera dano. Neste sentido, Entrevistado 53 falou um pouco das bacias hidrográficas, do forte impacto da atividade, tal que 70% dos recursos hídricos já estão contaminados e Entrevistado 52 anuiu, apontando que não tem mais nenhum rio limpo na região.

Um exemplo é o rio Mãe Luzia. Embora seja importante e até passe por regiões turísticas, como Nova Veneza, está contaminado. Chamam até de “Rio Prita⁶”. Existem vários estudos sobre ele e até já foram realizadas ações de limpeza. Mesmo com o retorno da presença de peixes, ainda é contaminado e este é argumento para aqueles que são críticos à atividade da mineração na região, principalmente por aqueles que dependem da qualidade da água para plantio e subsistência em geral (Entrevistados 47, 53, 54 e 55).

Entrevistado 43 fala que ele mergulhava no rio e voltava alaranjado. Esta é uma memória também descrita por Entrevistado 46, que

⁶ Prita é um mineral composto por ferro e enxofre, rejeito do carvão.



pescava com a mãe e lembra com tristeza do dia que começaram a soltar piritas no rio e os peixes ficaram boiando, em meados de 1966.

Diante disso, Entrevistado 50 questionou o sentido de tamanho foco na atividade, sendo que 70% do carvão é rejeito. Sobre isso, nas narrativas, os entrevistados também mencionam o histórico de rejeitos na base de Criciúma e em Treviso, que já teve mineração a céu aberto.

Outra observação relevante para compreensão dos impactos do carvão foi a visita a uma área degradada que ainda não começou um processo de recuperação. Entrevistado 26, que levou os entrevistadores, falou que era comum ver montanhas de rejeito pegando fogo. A piritas entra em reação com oxigênio/ar e água, pegando fogo. Então, quando chove, ficam montanhas pegando fogo, como um “cenário apocalíptico”. São quilômetros só de pedra e nenhuma área verde. O entrevistado argumentou que com o fim da atividade, não haveria área de recuperação, apenas passivo ambiental.

Os participantes, mesmo os pró-carvão, reconhecem esses impactos. Entrevistado 42 aponta como ponto negativo da mineração a degradação do meio ambiente, vislumbrando que haja tecnologia para se evitar os impactos. Já Entrevistado 32 elenca a detonação, a fumaça e o calor das galerias. Aliás, embora não inclua entre os pontos negativos, conta que já viu gente morrer na mina.

Entrevistado 33 tem um relato coerente com a fala de Entrevistado 32, criticando a fumaça e atrelando os impactos em sua saúde física ao trabalho no carvão, contando que tem veias entupidas e que sofreu um acidente que deixou cicatrizes, limitações e pelo qual recebeu indenização. Ele mudou de atividade e tem uma visão bem crítica em relação ao trabalho e embora identifique mudanças e modernizações na mineração, diz que ainda assim é prejudicial.

Entrevistado 45 também sofreu dois graves acidentes que deixaram cicatrizes e traz um discurso sobre as melhorias, inclusive de



EPIs, comparando ao passado com luvas e botas furadas. Com a empatia de quem vivenciou e reconhece o valor do trabalho – seu “ganha-pão” - e riscos envolvidos, mesmo depois de aposentado, não consegue romper o vínculo e diz que reza todos os dias e noites pelos mineiros. Talvez por isso, a devoção a Santa Bárbara e o ritual de bênção/proteção na entrada da mina visitada seja uma prática comum entre aqueles que trabalham no subsolo.

Além dos acidentes, outros impactos à saúde são recorrentes nas falas, principalmente relacionados a questões pulmonares.

“Muita gente ali está sendo impactada pelo carvão. Tem lugares onde tem as coquerias lá de carvão. Então tem gente que está muito doente, a gente chegou a entrevisitar pessoas que a família inteira fez cirurgia de sinusite, tem rinite, tem bronquite, tem asma, todos os problemas respiratórios. As plantas todas amareladas, então é bem claro assim que as pessoas estão consumindo esses materiais particulares na sua alimentação” (Entrevistado 61)

Relativo a isso, muitos casos da pneumoconiose são atribuído a perfuração/escoramento do teto, especialmente ao uso de uma máquina que furava a seco, soltando fuligem que seria aspirada pelas pessoas. Segundo relatos dos participantes, inclusive na visita técnica, hoje em dia as máquinas são mais modernas, importadas dos Estados Unidos, usam água, umidificando os resíduos que seriam fuligem, ou ainda, outras trabalham com sucção dos detritos, prevenindo a ocorrência de problemas pulmonares associados. Cabe mencionar que, segundo Entrevistado 26, ainda há quem use o mecanismo manual, um equipamento mais precário com uso de cabo para escorar o teto e é esse que gera o maior número de acidentes.

Uma questão interessante e que foi mencionada na reunião com sindicalistas e observada em campo foi a distribuição de caixas de leite aos funcionários (equivalente a uma por dia). Ganhar caixas de leite é um benefício, que vem de uma cultura do cuidado em relação a desintoxicação, mas que emerge em diversas entrevistas



como uma memória afetiva, como de Entrevistados 27, 29 e 31. Entrevistados 37 e 38 descrevem o pai tirando leite (ainda em saquinho) da mochila como primeira lembrança relacionada ao carvão.

“O mineiro, ele ganha um litro de leite por dia trabalhado. Ainda acontece. Isso é uma marca que o mineiro tem. Inclusive, tem empresa que o trabalhador não quer que seja trocado para ele pegar no mercado. A empresa fornece lá duas caixas de leite por mês. Ele vai lá bota no ombro, bota nas costas, na moto, na bicicleta e leva embora.” (Entrevistado 28).

Segundo Entrevistado 26, antigamente, no final do dia de trabalho, durante ou a partir do surto ou epidemia de pneumoconiose, os funcionários recebiam um copo de leite como medida de saúde e segurança, para prevenção de pneumoconiose e outras doenças respiratórias. Vale dizer que o pai dele, que era um trabalhador de mina, morreu com pneumoconiose e posteriormente, seu padrasto também.

Entrevistado 46 também contou sobre a pneumoconiose - “já vi gente pedindo um pouquinho de ar e não conseguir”, conta que era comum ver pessoas com cilindro de oxigênio na rua. Trabalhou em uma mina manual, tirava carvão na pá. Contou como as máquinas – mais especificamente Marion (citada por vários entrevistados) destruíram a região, produzindo montanhas de detrito, que ele e Entrevistado 26 descrevem como uma paisagem lunar, com a cidade seca. E compararam este cenário com o atual, como uma revolução tecnológica dentro da indústria.

Entrevistado 48 lembrou que quando era criança não havia tantas medidas de segurança e que podia até baixar na mina para levar almoço para o pai, o que também foi relatado por Entrevistados 51, 54 e outros. Sobre os impactos, também relatou a mudança nos rios da região, que ele pescava quando era mais novo, e começou a parar de ter peixe e virou uma lagoa de enxofre; a formação de uma montanha de rejeitos gigante; o bairro Aurora, que foi todo aterrado com carvão; os casos de pneumoconiose e de pessoas com cilindro de oxigênio. Como imagem mental, descreveu que seu pai



chegava do trabalho coberto de carvão, à exceção do branco dos olhos e os dentes visíveis. Para ele, com a mudança na cultura da mineração, a saúde melhorou.

Ainda assim, sobre acidentes com trabalhadores, Entrevistado 41 conta que já vivenciou, presenciou e que sempre vê, que “acidentes são quase diários”. Assim como Entrevistado 60, que conheceu pessoas que “ficaram aleijadas, tetraplégicas, paraplégicas porque sofreram acidente com pedra grande em cima, nas fossas e centenas acabaram morrendo”. Para Entrevistado 50, o número de acidentes é proporcional ao número de trabalhadores, é similar a 50 anos atrás. Entrevistado 47 também explanou sobre um dos maiores acidentes da região – em Urussanga. Entrevistado 46 narrou **outro acidente, nomeando e repetindo o nome Júlio, como alguém com identidade, família e não mais um**. Diz que nada na mina cai por acaso, que dá sinais. E mesmo aposentado, quando alguém morre ressentido por dias, como se ainda estivesse lá. Neste sentido, Entrevistado 42 contou que perdeu um amigo este ano em um acidente envolvendo escoramento de teto. Ele diz que é muito perigoso, que gera muita ansiedade. Ademais, há o estresse também de trabalhar em períodos diferentes. Um dia trabalha de noite, outro à tarde e outro, pela manhã. Não dorme bem, afeta seu sistema imunológico, enfim, seu corpo, e de uma maneira geral, não consegue assimilar mais as coisas.

Aliás, a questão dos impactos à saúde aparece em outro contexto, o de desamparo na ocasião da falência de uma mineradora em que Entrevistado 33 trabalhou. Ele conta sobre a pressão e estresse de trabalhar sem salário e dificuldade de alimentar os filhos, o que o afetou trazendo problemas cardíacos e depressão.

Entrevistado 41 fala que tem uma dinâmica de trabalho que ele é sempre cobrado. Falta trabalhador. As vagas realmente não são preenchidas, e foi algo que se verificou em várias entrevistas, acho que falta mão de obra qualificada. Entrevistado 39 concordou, dizendo que tem quadros em aberto por dois anos, e investe em capacitação na empresa, formação de mão de obra.



Por outro lado, o campo 2 mostrou que o trabalho na mineração foi construído em outras bases, com mais abertura e posicionamento dos mineiros, representando a força dos sindicatos.

“Os mineiros normalmente acabavam falecendo com 45, 50 anos, se chegasse a 60 anos era uma vitória e ele [pai de Entrevistado 60] chegou a 88 exatamente porque ele fazia enfrentamento contra as más condições de trabalho. Ou seja, não trabalhava em mina alagada, que era comum isso, em frente de trabalho que não tivesse circulação de ar. [...] Ele se revoltava contra tudo isso, [...]. Vez ou outra ele chegava em casa e dizia: ‘olha mulher, eu estou indo para a greve’. Eles decretaram a greve, enchiham uma caçamba de mineiro e iam fechar as minas, aí ficavam 2, 3 dias nas frentes de mina de carvão para fechar as minas para fazer a greve. O sindicato dos mineiros de Criciúma era um sindicato muito combativo, fazia muito enfrentamento e na época era interessante que a fiscalização sobre segurança praticamente não existia.” (Entrevistado 60)

Entrevistado 45 coloca que ele reclamava, deixava de ir, não usava a luva, a bota, e no outro dia tinha um material novo, ele via que essa pressão fez resultados em muitos casos. Ele e Entrevistado 26 contaram várias histórias desse contexto de greve e manifestação. Falaram também que correram da polícia e alguns amigos foram presos. Eles amanheciam o dia caminhando na mata, fugindo, durante os períodos de greve. E relatam bastante tensão nesse momento. Entrevistado 45 disse que se envolveu muito com o movimento sindical. E que para além da questão da greve, o sindicato evoluiu bastante.

“A gente está representando os companheiros mineiros, lutando sempre pela segurança e tentando sempre chamar a atenção do pessoal para levarem a coisa a sério, porque apesar de a gente estar lá embaixo buscando o nosso pão de cada dia, a gente não pode esquecer que a gente tem uma família aqui em cima. Eles se despedem para ir trabalhar, mas também torcem pelo nosso retorno. O mineiro sabe que vai, mas infelizmente não sabe se



vai voltar. Com os companheiros, a gente trabalhando junto vem uma notícia ruim, e é uma coisa muito triste para a gente. [...] Infelizmente, de vez em quando não tem uma estabilidade e não tem coragem de dar a cara a tapa assim de dizer: 'Não vou porque senão vou perder o meu emprego', mas a gente como diretor dos sindicatos estamos lá embaixo para fazer essa parte, de chamar a atenção e dizer: 'Não, pode deixar que eu assumo isso aí, não vou fazer. Eu sei que está errado, tu não vai fazer porque eu não vou deixar, e se tiver que chamar atenção pode mandar falar comigo porque a gente está aí para isso'. Sou filho de mineiro aposentado, meu pai [...]. Está vivo até hoje graças a Deus. A gente tem essa raça e discernimento de ser mineiro no sangue, a gente está aí porque a gente é raçudo mesmo. E é isso aí, a gente faz com orgulho" (Entrevistado 31).

A atuação e força dos sindicatos tornam a conjuntura desta região diferenciada, inclusive em força política na temática do carvão para além do território e como referência.



Conjuntura: fantasmas do passado, presente ou futuro?

Essa categoria de análise apresenta a conjuntura atual da região carbonífera de Santa Catarina, em relação ao funcionamento e acordos que afetam o futuro da mineração, sobretudo às discussões e posicionamentos sobre transição justa, segundo a perspectiva dos entrevistados. Compreender a percepção desse panorama pode apoiar o fomento aos diálogos, especialmente, para territorializar a TJ.

Durante as articulações para realização da pesquisa, identificamos um ponto de atenção, que traz respostas para compreender o contexto presente e futuro - a falência/fechamento de duas carboníferas: a Carbonífera Criciúma (2015) e a Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma - Cooperminas (2017). Neste sentido, dentre os perfis entrevistados buscamos a representação de trabalhadores que foram diretamente impactados com o não pagamento das rescisões.

Sobre o contexto do fechamento das empresas e da falta de pagamento até o presente momento, Entrevistados 26, 32 e 33, mencionam que os trabalhadores desamparados entraram com ações coletivas e individuais de trabalho no Ministério Público. O sindicato dos trabalhadores e o patronato têm acompanhado a questão, mas ainda assim, essa indenização não aconteceu, o que levou muitos trabalhadores à situação de desamparo.

Durante esse processo em questão, Entrevistados 32 e 33 citam que foram realizados muitos protestos, inclusive fizeram pedágio nos sinais pedindo dinheiro para auxiliar os trabalhadores demitidos, campanhas para arrecadação de cestas básicas, e processos de greve bem ativos.

A situação da falência de ambas as empresas e o desamparo aos trabalhadores foram citados por diversos atores (Entrevistados 26, 32, 33, 34, 46 e 50), em diferentes momentos. Inclusive, dois participantes, para além dos previamente identificados, atuaram diretamente na gestão das carboníferas citadas (Entrevistados 34 e 50). Cerca de 500 mineiros da Cooperminas e da Carbonífera



Criciúma ficaram desempregados. Desses, muitos já retornaram ao mercado, seja na mineração ou em outras atividades, mas existem casos específicos de trabalhadores que seguem desamparados, “tem um que vive pedindo doação na rua” (Entrevistado 33).

A incerteza sobre o pagamento das rescisões e o medo de que o contexto se repita com o fechamento das minas ainda é um fantasma presente. Entrevistado 32 comenta que “é o Ministério Público que vai pagar essa conta, porque os donos da empresa já morreram, acho que só tem um que é vivo atualmente” e ele ainda tem essa incerteza se vai receber ou não a indenização do trabalho.

Segundo Entrevistado 34, a falência da Carbonífera Criciúma foi um erro de gestão, “uma canetada”. O processo da Cooperminas foi um pouco diferente, os trabalhadores assumiram a gestão e formaram uma cooperativa, autogestionária. Uma experiência inicialmente bem-sucedida e amplamente divulgada. Diferente dos trabalhadores da Criciúma, os trabalhadores da Cooperminas entraram com ações isoladas. Cada trabalhador precisou entrar com a sua ação, buscar um advogado e entrar com uma ação contra a empresa, pedindo os pagamentos.

O histórico da Cooperminas é bem conflituoso. Em outras entrevistas, ela apareceu em contextos divergentes. Tem briga política, briga pelas funções de cargo, corrupção e relatos de desvios e venda da Moinha, que é a sobra do carvão, utilizada na mistura para fazer cimento.

Cabe ressaltar que os danos não podem ser resumidos somente aos econômicos. Durante os processos de falência muitas famílias foram desfeitas, por conta desse período sem salário, sem indenização.

“Tem trabalhador da mina que estava no centro da cidade ali catando comida no lixo. Ele abandonou tudo, abandonou casa, abandonou família, abandonou tudo e está aí tão desesperado... Porque tu apostas tudo naquilo ali que tu tem, porque o teu sonho é te aposentar, trabalhar, se



aposentar, e trabalhando dez, trabalhando 15 anos, e aí tu não aposentou, tu não recebeu nada, tu não tem fundo de garantia, entra em desespero, aí tu tem carro para pagar, tem casa para pagar... Tem mulher que foi embora... Muita mulher que pegou o filho e foi embora... não aguentou.” (Entrevistado 33)

Os fantasmas perduram até hoje, principalmente com reflexos na saúde mental desses trabalhadores. “A minha mente já não está bem..., se eu parar de tomar o remédio do estresse dois dias, eu bato dor no corpo”. E seguem na incerteza e na descrença de que um dia irão receber seus direitos, diante do contexto que se arrasta. Ainda assim, Entrevistado 33 relata que muitos trabalhadores aguentaram o processo de falência, pois estavam próximos de se aposentar.

“Mas aí eu fui obrigado a ficar, porque faltava pouco para me aposentar, eu estava pouco tempo e não dava certo, se eu saísse eu não me aposentaria. Daí eu fiquei três anos sem receber pagamento. Aí a mulher trabalhando e nós se virando. Não conseguia comprar nada. Vou te falar uma coisa, passei uma luta.” (Entrevistado 33).

O relato de um trabalhador que permanece três anos na empresa sem receber seu salário pode parecer inconcebível para a maioria das pessoas, principalmente para os trabalhadores externos à mineração. Todavia, é um aspecto constituinte da cultura da mineração. A lei previa aos trabalhadores de frente de serviço no subsolo (área de exploração) a aposentadoria com 15 anos de atividade - para tal atividade existe a limitação da idade mínima de 21 anos. Assim, um mineiro poderia se aposentar com 36 anos. Com a atual reforma da Previdência as regras para aposentadoria foram alteradas.

“[...] Esse sonho foi tirado de nós com o governo. Foi tirado e hoje a gente está vivendo sem perspectiva nenhuma de futuro, foi arrancado de nós, sem contar o salário também. Então eu acho que essa é a visão do mineiro, aquela pessoa que tinha um sonho e hoje já não tem mais esse sonho, foi arrancado.” (Entrevistado 29).



O mineiro se submete a um ambiente de trabalho inóspito, a uma atividade com risco de segurança nível 4, o maior nível, ou seja, está propenso a riscos frequentes. E faz tudo isso “consciente”, na perspectiva de um horizonte futuro. Olhando para uma nova vida, com um imaginário de uma casa na praia ou sítio para cuidar da saúde, e passar mais tempo com a família. Entrevistado 26 ilustra como esse sonho foi “arrancado”.

“[...] Para vocês terem ideia que loucura, o mineiro que tinha 14 anos e 11 meses, faltando um dia para ele se aposentar lá no dia 12 de novembro de 2019, se os 15 anos iam dar no dia 13 de 11, aquele um dia para ele vai valer sete anos e meio, ele vai ter que trabalhar mais sete anos e meio para poder se aposentar. É uma cachorrada o que fizeram com nós nessa transição.” . (Entrevistado 26).

Outro contexto de incertezas envolve o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, responsável pela compra de 99% do carvão produzido em Santa Catarina. Embora as metas de descarbonização considerem o cenário até o ano de 2040, o Complexo não tem a garantia de renovação de compra, pelo Governo Federal, da energia produzida, que serve como energia de reserva para o país.

“A perspectiva do Complexo hoje é 2027. Qualquer coisa que a gente fale aqui, ela não tem validade. 'Vai até 2040'. Não vai até 2040. Foi feita uma lei que permite que ela vá até 2040. Se o Governo não quiser que ela vá até 2040, não comprará energia ou oferecerá 1 real pela energia, por exemplo. [...] eu vou até 2027. Eu posso chegar em 2025, sair fora e pegar um outro contrato, de 2025 a 2040 — e cabe o subsídio. O Governo não fez o contrato: eu vou até 2027 e fecho as portas.” (Entrevistado 56).

A condição precedente para a compra é a assinatura do contrato, cujo atual está em vigor até o ano de 2027. A partir da articulação pró-carvão e elaboração das leis federal nº 14.299/2 e estadual nº 18.330/22, que criam o programa de transição energética justa



(TEJ), visando a manutenção da atividade em um cenário até 2040.

“Nessa lei, basicamente, o Complexo Jorge Lacerda é o coração. Se uma mina falir, tem outras minas. A transportadora, se não vier de trem, vem de caminhão. Mas o Jorge Lacerda, não. Se ele parar, a cadeia toda que envolve todas as mineradoras, a ferrovia e um belo impacto na indústria de cimento[...]” (Entrevistado 56).

De acordo com Entrevistado 56, o complexo é o coração dessa indústria do carvão. Se a termelétrica parar de produzir energia a carvão, toda essa cadeia vai embora com o Complexo. Por outra perspectiva, é consenso que, tecnicamente, é inviável o futuro do carvão.

“Na minha visão o carvão realmente está com os dias contados, não vai até 2040 como estão prevendo. A evolução tecnológica está acontecendo muito rápido. Esse ano a produção de energia solar já ultrapassou a eólica, que era insignificante há poucos anos, era zero vírgula alguma coisa em menos de 10 anos, hoje já é 11,28, por aí. E a tendência é que as próprias residências, os novos projetos da construção civil sejam todos com placas fotovoltaicas, seja no teto, seja nas paredes, seja no que for. As pequenas empresas, que para elas é muito mais vantagem investir nesse tipo de tecnologia que em pouco tempo se paga[...]. Algumas cooperativas já estão sentindo esse efeito aqui em Santa Catarina. Já tem cooperativas que preveem torno de 20% de queda no consumo, porque alguns pequenos produtores de aves e coisa do tipo já estão adotando essa tecnologia fotovoltaica. Eu penso que o gás vem como intermediário para fazer a transição, mas continua sendo um combustível fóssil, também não vai durar a vida toda e antes dele acabar, eu acredito, já vai ser descartado devido a essas novas tecnologias renováveis. [...] não tem como. Tecnicamente é inviável o futuro do carvão, a menos que as pesquisas científicas, no sentido de captura do CO₂, tenham sucesso suficiente para que d



dê uma eficiência de uns 95% ou mais, caso contrário é impossível" (Entrevistado 58).

Neste sentido, Entrevistados 50, 51, 52 e 53, corroboram que mesmo com a tecnologia não há como desde o processo de extração até a queima do carvão ser realizado sem danos. O problema do carvão está na gênese (Entrevistados 49 e 51).

Para Entrevistado 58, a mídia tem um papel importante na conjuntura descrita, pois ela tem a força para conduzir os debates, "direcionar os movimentos". Entrevistado 48 também alerta para a importância do papel da mídia.

"Eu acho que o cidadão comum, que está no dia a dia envolvido com o trabalho, ele não sabe nada disso, pode ser que eu esteja pré-julgando, mas ele não está nem aí, não tem noção disso. Então, a imprensa, alguns poucos veículos, mas tem alguns veículos que trabalham em algumas áreas, alguns jornalistas mais conscientes." (Entrevistado 48).

De acordo com essa visão é necessário questionar o quanto o debate da TJ e do carvão ainda está distante daqueles que não possuem relação direta.

"Conversando com jovens, conversando com outras pessoas que não é nem a galera impactada, nem a galera do carvão, as pessoas que moram na região, os jovens, eles não sabem nada de carvão. Nada, nada. Nem o que é, nem como é feito, nem para que serve, nem quais são os danos, nem qual é o problema, nem energia. Não sabem nada." (Entrevistado 61).

Neste sentido, adjacente ao território da pesquisa, mas também em região de disputa com a mineração, existem movimentos de resistência ou enfrentamento, como o Movimento Orleans Viva – MOV. Documentalmente, a Orleans vem como um movimento não só contra a mineração, mas para valorização da cultura do local, de um resgate histórico e para que os moradores olhem para seu território e percebam outras possibilidades de renda, não só a



mineração.

Assim, a conjuntura atual da região carbonífera de Santa Catarina tem pautas mais políticas da defesa do carvão e movimentos de resistência do que diversificação de atividades econômicas, tornando a discussão sobre a TEJ um tema prioritário.

Transição Justa: posicionamentos e percepções

Refere à temática da TEJ, Entrevistado 61 ressalta que a transição energética justa no mundo, especialmente a respeito do carvão, está avançando porque tem países que são ou eram altamente dependentes da geração elétrica a carvão contribuindo com os debates. Ademais, lembra que o carvão contribui muito para as mudanças climáticas e existem várias metas internacionais de redução de emissões e da redução da geração elétrica do carvão, e possibilidades de pacotes de financiamento para realizarem a transição.

“[...]O carvão entrou no acordo Glasgow pela primeira vez, foi a primeira vez que numa COP se falou de combustível fóssil, apesar de já fazer 26 anos que a gente discute mudanças climáticas, entrar no acordo foi motivo para se comemorar. Na última hora foi alterado de descontinuar, encerrar, terminar para desacelerar, reduzir, isso faz bastante diferença no texto. Então existe um lobby óbvio da indústria carbonífera para desacelerar a descontinuidade do carvão. [...] A partir dessa data em diante nós temos visto os pacotes de financiamento da transição justa que estão sendo feitos para financiar mesmo essa transição nos países.” (Entrevistado 61).

Analizando o cenário nacional, Entrevistado 61 questiona a viabilidade da atividade e articulação de resistência à realização da transição. Até porque para o grupo favorável à manutenção do carvão, a perspectiva é diferente.

Para Entrevistados 39 e 34, “o carvão é energia, é força”. “É necessário, é segurança energética - garantia de não apagão para o país”. Posicionamento que foi amplificado a partir da pandemia de Covid 19, das medidas de lockdown e do decreto como serviço essencial, que permitiu que o setor permanecesse em pleno funcionamento. Também colocam o carvão como transformação, sempre no viés da transição energética. Para Entrevistados 37 e 38 o carvão é essencial para a cidade.





Essa dependência é questionável para a vertente contra a manutenção do carvão. Segundo Entrevistado 61:

“[...] No Brasil, falando do carvão especificamente também, uma tecnologia que é altamente subsidiada, que não sobrevive sem subsídios, que depende, e que o consumidor paga duplamente, porque paga o subsídio e paga a tarifa de energia, ele tem uma resistência muito grande, política e comunitária dessa transição. Então, a operação por ser pequena, por ser uma operação muito restrita, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e um pouco Paraná, seria muito fácil de resolver porque não teria um impacto imenso na geração elétrica brasileira, muito menos de milhões de empregos, não seria um impacto muito grande, mas essa resistência ela se constrói em alguns aspectos inteligentes... Foram criadas frentes parlamentares para o carvão, essas frentes parlamentares foram criadas uma em Santa Catarina, uma no Paraná, uma no Rio Grande do Sul e tem uma nacional. Essas frentes são articuladas. [...] A gente percebe uma amplitude partidária e política no apoio ao carvão, existe uma pressão social, eu entendo a pressão social porque faz 200 anos que se explora carvão... A gente tem evidências científicas de que precisa descontinuar” (Entrevistado 61).

No que tange à articulação pró-carvão e as políticas públicas para transição, um dos entrevistados (Entrevistado 34) demonstrou que há necessidade de articulação com a situação de Candiota, contando sobre o convite a presença de deputados do Rio Grande do Sul para ver o que estão fazendo, além de buscar argumentar com o atual governador para a cooperar neste processo, mesmo sendo um crítico ao carvão.

“Nós estamos olhando 2040 Santa Catarina porque a usina tem uma vida útil até 2040. O Rio Grande do Sul 2050, que é a lei federal. Hoje de carbono zero neutro no Brasil é até 2050. Ou seja, nosso segmento tem um deadline. Trabalhar para quê? Para que a gente consiga fazer a transição e que não gere esse caos que vocês viram aqui, assim como não gera o caos que aconteceu lá no Rio



Grande do Sul... quando fechou a usina de Charqueadas. Ali foi um erro do setor como um todo ter batido o pé [...] Candiota 2023 [...] que tem metade da vida útil em que a gente precisa viabilizar [...] Nosso desafio hoje é não deixar a Candiota fechar, mas para isso eu preciso que o governo [RS] entenda e execute a transição energética como nós estamos trabalhando aqui. Mantenha a usina viva até 2050 e nesse meio tempo você começa a mexer com a economia de Candiota. [...] Dá para replicar no Rio Grande do Sul? Dá, mas tem que ter vontade política para isso. Se não tem vontade política, vai virar a chave e vai penalizar as pessoas.”.(Entrevistado 34)

Segundo Entrevistado 34, a missão da Associação Brasileira do Carvão Mineral - ABCM é montar uma cadeia produtiva, “mudar a cara da economia dessa região”, mantendo os mesmos salários. Todavia, em menor escala e postos de trabalho, e sem emissão de CO₂, ressaltando a questão da descarbonização e com o cenário a longo prazo para 2040.

“[...] A ABCM é uma entidade classe, a gente procura fazer políticas públicas que a gente consiga manter a atividade em um longo prazo. **Então a transição energética para nós é importante? É vital** (grifos nossos), porque se a gente tem que olhar até 2040, nós temos um deadline, mas não é o objetivo acabar com o carvão em 2040, é criar as condições para continuar gerando carvão, mas com carvão zero... Esse é o desafio, e tem uma jornada tecnológica para chegar lá. Então tá, talvez eu não tenha todo o número de minas que eu tenho aqui... mas gerando produtos com maior valor agregado do que o carvão zero. Essa é a missão que a ABCM tem, manter essa cadeia produtiva operando com os mesmos salários, os mesmos empregos, no mínimo isso. Se a gente conseguir chegar lá em 2040 com essa economia se mantendo, talvez não vai ter todos os mineiros, vamos ter que requalificar, colocar em outras atividades, mas atividades que têm que ter o mesmo salário que têm hoje. Senão não adianta precarizar o salário dos mineiros e da cadeia produtiva.” (Entrevistado 34).



Relativo a isso, Entrevistados 48 e 49 advertem que ‘quem fala em transição hoje são os deputados e o sindicato patronal, os trabalhadores não se envolvem’. Ele remete à necessidade de diálogo ao colocar que essa discussão precisa incluir os trabalhadores. Mas, acredita que o mercado vai absorver esses trabalhadores rapidamente, argumentando que muitos trabalhadores têm a mina como segundo emprego, o que permitiria ter outras funções. Na sua opinião, o impacto da TJ não seria tão grande, mas precisaria de uma transição mais longa e planejada, tanto para quem trabalha direto, quanto indiretamente. No âmbito estadual, ponderou que a transição deveria ser longa, sugerindo que poderia exigir que as empresas que vão fechar mantivessem esses empregos em outro segmento de alguma forma e até receber incentivo fiscal para conseguir garantir isso. Ele exemplifica o desamparo na experiência, de Içara, onde o bairro Aurora (outrora denominado Mineiro), foi pavimentado em cima do carvão e empobreceu muito quando a carbonífera parou. Ainda sobre a experiência de Içara, Entrevistado 49 afirma que o movimento já trazia uma proposta de ajuste de conduta, que seria uma transição local, estadual e nacional, no período de 10 anos, com uma migração dos trabalhadores como mão de obra para outro setor, sob a responsabilidade da empresa.

Vale ressaltar que tanto Entrevistado 48, como Entrevistado 49, que são da vertente crítica à manutenção do carvão, apontam os impactos negativos de uma interrupção abrupta, reconhecendo a necessidade de uma transição em diferentes escalas.

Mesmo reconhecendo as implicações da atividade, os impactos gerados na saúde e meio ambiente, os riscos de acidentes e oportunidades em outras áreas, Entrevistado 46, como os demais, argumentam a favor da manutenção da mineração do carvão por entender que muitos ainda dependem disso. Como corrobora Entrevistado 41, que cita que se acabasse o carvão, ele iria embora, não teria o que fazer na cidade e teria de migrar para as cidades vizinhas, onde cita outras fábricas mais estabelecidas, indústria, empresas maiores.

De acordo com Entrevistados 51, 58 e 59 os municípios mais impactados com o fim da atividade seriam Treviso e Lauro Müller,



que possuem uma maior dependência da atividade, sobretudo Treviso, que tem menos de 4 mil habitantes.

Em consonância, Entrevistados 43 e 44, explicam que as empresas da região, tanto a empresa de plástico, a ferrovia, metalurgia, quantos os serviços, dependem da mineração. Então, eles têm medo do impacto desta transição no comércio. Eles ponderam que a exploração de carvão em Treviso é muito forte, é a que gera maior receita para dentro dessa associação dos municípios da AMREC, mas não negociaram uma contrapartida. Entrevistado 43 inclusive salienta que:

“Do meu ponto de vista, atividade industrial, ela tem um fim. Às vezes por problemas financeiros, de mercado, ela vai ter um fim, só que esse fim é uma coisa natural. Não é uma coisa imposta por um determinado pensamento de governo, que quer mostrar para certo público de que, olha, vamos queimar menos carbono porque nós vamos salvar o mundo. Eu acho que isso não é uma realidade. O Brasil se industrializou tardio em referência aos Estados Unidos, e agora o mundo quer impor uma situação, mas quer impor por quê? Então a gente vê que tem esse contexto geopolítico também envolvido. E aí as pessoas às vezes dizem: ‘Treviso, a região é irrelevante para o Brasil’, eles vão ver assim. Eu sei, só que é relevante para mim, que moro aqui.” (Entrevistado 43).

O enfoque da discussão da TJ não é apenas sobre manutenção ou não da atividade do carvão, mas sobre legados e contrapartidas. Sobre isso, Entrevistado 26 argumenta que se a mineradora vai embora, não haverá recuperação das áreas degradadas, apenas o passivo ambiental. Vale dizer que continuar com a mineração também agrava a questão.

Para os entrevistados críticos à manutenção das atividades de mineração do carvão, hoje quem fala em transição justa são aqueles que não têm vínculo direto com o carvão. Sendo que quem precisa falar e se convencer e somar nesse movimento é justamente quem tem algum vínculo com o carvão. Compreendem que a lei estadual é pró-carvão, favorável ao setor empresarial, e



opinam que os recursos precisam vir do poder público para conseguir que seja viável essa transição. E que é necessário entender o papel das usinas nesse debate. Assim, Entrevistado 61 corrobora que, “apesar de a gente estar do lado oposto da mesa”, reconhecem a forma como o movimento pró-carvão / sindicatos e patronato atuam é muito inteligente, articulada.

“Ficou muito claro que foi feita uma mobilização ali para essa lei de transição justa sair de uma forma que beneficiasse a ENGIE e ABCM. Existe um impacto do carvão [...] No território de Santa Catarina... a gente fez um mapeamento porque exatamente essa lei estadual, e a federal desvincula a responsabilidade da termoelétrica para a mineração, com os danos ambientais e a mineração fez no território, além de ser ilegal, ela é imoral, porque 95%, até um pouco mais, 98% de todo o carvão que é minerado na Santa Catarina é consumido pela Jorge Lacerda. Então [...] a térmica é responsável pelos danos ambientais naquele território.” (Entrevistado 61).

Num viés análogo, Entrevistado 54 falou que não é contra o fim do carvão hoje, porque se isso acontece, o município quebra. Mas que o poder público deveria ter feito essa transição para outros setores, assim que foi fechando. Especificando que conforme a CSN fechou, essa transição já deveria estar sendo feita, usando o exemplo de Criciúma para falar que já fez a transição. E que se Criciúma sobreviveu, Treviso vai sobreviver.

Relações: quando o diálogo acontece ou deve acontecer

A categoria “Diálogo” analisa as práticas, tensões, trocas e espaços de discussão nas decisões e definições das atividades relacionadas à mineração do carvão, pela perspectiva dos entrevistados.

Há uma tensão no território, não só na parte dos sindicatos, mas dos movimentos sociais, da academia, enfim, nas vozes de todos entrevistados. Com o pressuposto desta tensão entre grupos com diferentes posicionamentos em relação ao carvão, a inserção no campo começou pela entrada sindical, partindo da articulação com um mobilizador social com este perfil, e posteriormente, com movimentos de resistência, articulado por mobilizador social com esta perspectiva.

Durante as discussões entre os sindicalistas, uma inferência geral digna de nota, foi a afirmativa quanto a necessidade dos sindicatos de mineiros abrirem uma frente de conversa/diálogo junto aos movimentos sociais. Esta colocação tem um contexto de tensão precedente, que se rememora e ressente nas narrativas, pelo histórico de um representante do movimento social ter mediado a gravação de um documentário sobre a obsolescência do carvão mineral e os impactos na região. O disparador da tensão se dá pela utilização de uma medida protetiva, com finalidade de impedir a aproximação de membros dos sindicatos do carvão aos representantes do movimento social ou dos locais de gravação.

Desta forma, também se desvelam tensões que surgem do sentido inverso, de ações de imposição, uso excessivo da força e ameaças por parte dos sindicatos para com os movimentos sociais (Entrevistados 33, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 55 e 61). Inclusive, essa tensão, que já está declarada no território, também aflora no receio dos atores sociais convidados para participar da pesquisa, que declinaram do convite ou onde o aceite só ocorreu após a explanação detalhada dos cuidados éticos da pesquisa com o anonimato.

Neste contexto de conflitos, alguns movimentos da região se organizaram, como o município de Içara. Entrevistado 49, parti-





pante desse movimento, remonta ação e limitações de uma iniciativa que contestava a atividade carbonífera. Segundo Entrevistados 49 e 55, era um movimento orgânico sem diretoria, “que nunca existiu juridicamente”, o que dificultava o ataque direto ou criminalização. Era um movimento horizontal, nesse sentido “foi o maior movimento de resistência ao carvão no Brasil”. Com o acirramento, a figura principal dos embates foi proibida de participar das discussões, a partir de uma medida jurídica, protetiva, de que ele não podia falar sobre o carvão, nem acessar os territórios da mina.

Entre as entidades sindicais, ainda que haja um histórico de conflitos segundo relatos (Entrevistados 26 e 39), a articulação entre o sindicato de base e o patronal é forte, fato também reconhecido e citado pelos movimentos sociais e academia. Havia o embate nas negociações coletivas de campanha salarial, mas segundo Entrevistado 26, hoje em dia eles têm uma negociação muito boa em função de um objetivo comum - a manutenção do carvão. Entrevistados 34, 49, 51, 53, 56, 58 e 60 destacam que é notório o alinhamento do discurso sobre carvão, sustentabilidade e tecnologia.

Para Entrevistados 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 60 e 61, esse alinhamento no discurso em manutenção do carvão tem como forte aliado ações da ABCM/SATC e a mídia local, que por sinal pertence em sua maior parte às mesmas famílias donas das minas da região, de acordo com entrevistados. Eles ponderam que esse foi um processo construído, cooptado pelo mercado (carboníferas), por meio da mídia e da educação, desde a SATC, criada para atender a necessidade de formação de trabalhadores, até o patrocínio ao Criciúma Esporte Clube, como estratégia e um grande marco de revitalização da cultura do carvoeiro - com as cores associadas à mineração no uniforme (preto remetendo ao carvão e o amarelo à riqueza da região) e representatividade da torcida organizada denominada como “os carvoeiros”. Assim, estimulando nas pessoas o orgulho da mineração atribuído ao futebol e ao time, e que reverbera ainda para uma cerveja artesanal – a carvoeira, com destaque e premiações internacionais.

O diálogo com o poder público também é diferenciado, enquanto a



articulação é mais direta com representantes pró-carvão e limitada com outros grupos. Como relata Entrevistado 54 sobre a dificuldade de atores sociais impactados em estabelecer o diálogo com o Ministério Público: “Agora o contato tem que ser todo por email, e nem sempre as pessoas têm computador para falar com Ministério Público, procurador”. Enquanto um grupo realiza viagens internacionais para debater o tema, o outro enfrenta normas e burocracias para registrar os danos na estrutura da casa ou a contaminação dos rios, denotando o quanto há uma lacuna e ruído num diálogo tão necessário.

Ainda na esfera pública, cabe ressaltar as tensões entre sindicato e governo. Sobre o isso, Entrevistados 26, 28, 33, 45 rememoram histórias em contextos de manifestações e greves, as repressões, como a prisão de colegas manifestantes, e as ocasiões em que tiveram que se evadir das manifestações, chegando a passar a madrugada caminhando/se escondendo em área de mata.

São recorrentes as narrativas sobre o desgaste nas relações ou pela inexistência delas, por ambos os lados. Conforme Entrevistado 61:

“É complicado ter um diálogo de construção com essa postura do sindicato [...] O conflito é bem-vindo, mas as pessoas que quase apanharam da minha equipe não querem falar com o sindicato, elas têm medo.”

Esse medo pode se fundamentar nas narrativas sobre episódios de violência ou de conflitos exacerbados nas disputas da atividade no território. Mesmo as discussões não ficam ou nem acontecem no âmbito do diálogo. Há um histórico inclusive de assassinatos e de sindicalistas que andavam armados no passado, o que embasa medo e tensão nessa relação. Entrevistado 49, por exemplo, conta que teve um evento de confrontamento dessa questão e que foi nocauteadado por um mineiro e só acordou no hospital.

A falta do diálogo repercute também no contexto das investigações sociais e nas pesquisas e desenvolvimentos, identificando a necessidade de diversificar o fomento e apoio financeiro para



estimular a produção científica acadêmica do carvão, visto que as pesquisas “que têm incentivo, visibilidade e que hoje nas universidades acontecem são aquelas que a indústria financia, infelizmente. Então, são financiadas pelo carvão”. (Entrevistados 51 e 61).

Diante do contexto passado e presente de tensões dentre os diferentes atores sociais do território, durante a pesquisa afloram possibilidades de abertura para início ou retomada da interação e diálogo, principalmente entre os pólos divergentes, fundamental para possibilitar uma transição, e que de fato, esta seja justa.

Outrossim, é essencial o fortalecimento do diálogo, para que todos os atores envolvidos reconheçam as dinâmicas de identidade e cultura relacionadas ao carvão no território, em especial na trajetória de vida dessas pessoas. Nesta direção, aventou-se a possibilidade de um intermediário - o Dieese, já como um resultado positivo da inserção do Dieese e equipe no campo.

Caminhos futuros

Essa categoria de análise apresenta as possibilidades de caminhos futuros apontados pelos entrevistados para fomentar uma transição justa (TJ).

As percepções dos entrevistados sobre as oportunidades e caminhos futuros para uma Transição Justa anseiam e buscam ampliar o horizonte da mineração do carvão na região. Ainda assim, como alternativas, indicam três diferentes perspectivas: I) migração; II) investimento no território, pelo turismo ou em inovação; III) empregos verdes.

Há perspectiva de trabalho fora do carvão, por experiência precedente de fechamento de minas na região (em Criciúma e Orleans). Do mesmo modo, como um fantasma do passado, esse histórico pode ser percebido como profético, em relação ao risco de desamparo e dificuldades. Essa inferência tem como base a fala de um ex-trabalhador, Entrevistado 32, que narra momentos de desamparo do trabalho na mineração, em que a falência da empresa fez com que precisasse de ajuda para sustentar a família, até que migrou para outro campo de atividade.

Falando em migração, muitas falas sobre perspectiva de futuro trazem a intenção/desejo de morar fora do país como alternativa ao fechamento da mina, seja para manter a atividade profissional no carvão ou não. Entrevistado 32 foi o primeiro que falou sobre o contexto de sair do país, acumular uma renda e voltar para o país. Seu sonho é ir e trabalhar no Canadá. Já Entrevistado 37, como muitos outros, considerando a descendência, disse: ‘a gente iria para a Europa’.

Tem um movimento muito específico, até porque muitos têm descendência italiana: ir para a Itália com cidadania e, de lá, para a Alemanha trabalhar em gelaterias. Ora essa questão aparece como alternativa, ora aparece como um sonho de vida. Muitos já fazem isso durante a temporada de verão. Ficam durante nove meses, um ano, tem pessoas que ficam anos nesse movimento.





A vivência fora do país dos filhos e a experiência prévia de trabalho em outras empresas de carvão também estiveram na fala de Entrevistado 45. Então as alternativas são coerentes com possibilidades articuladas no presente, mesmo antes de se definir uma transição.

Para Entrevistados 49, 50, 51, 52 e 53, não é porque um dia o carvão foi necessário, visto que só havia essa alternativa, que se precisa manter até hoje. Para Entrevistados 49 e 60, a questão central é que o poder político da região continua com esse grupo do carvão, que financia o poder público, as campanhas eleitorais, os movimentos e a mídia.

Uma questão levantada tanto por aqueles que defendem a manutenção quanto pelos que criticam as operações da mineração, é a importância de recursos públicos para pesquisa e desenvolvimento. O próprio modelo da transição e a Lei Estadual ampliam os benefícios para o setor e com benefícios como parte de uma política de apoio. O Entrevistado 34 menciona várias vezes em pesquisa e desenvolvimento (P&D) com financiamento do governo, Entrevistados 50, 51, 52 e 53 questionam a destinação desses recursos, afirmando que na prática a verba segue concentrada na SATC.

A equipe de pesquisa pôde conhecer a SATC e compreender a dimensão deste empreendimento, a aposta de perspectiva de futuro para captura de carbono dentro desta instituição e a relação que se estabelece entre trabalho, inovação e carvão nas narrativas dos entrevistados pró-carvão. Durante a visita realizada no Centro Tecnológico (vertente responsável pela área de negócios) onde são realizadas as pesquisas e análises de controle de qualidade de amostras de todos os lotes de extração e venda do carvão. Além disso, foram apresentados diversos projetos em evolução, como o projeto de Captura de CO₂ por adsorção, que utiliza as cinzas do carvão para a produção de materiais sintéticos - Zeólitas.

Segundo Guerra (2022)⁷, o setor carbonífero de Santa Catarina tem a intenção de viabilizar, nos próximos anos, a primeira tecnologia nacional de captura de carbono. Essa iniciativa é parte dos compromissos assumidos para zerar as emissões de gases de

⁷<https://epbr.com.br/projeto-de-captura-de-carbono-do-carvao-em-santa-catarina-recebe-aporte/>



efeito estufa até 2050. O estado já havia recebido R\$ 11 milhões em investimentos para as primeiras fases do projeto e conta agora com outros R\$ 12 milhões que serão aplicados em duas frentes: a produção de zeólitas sintéticas – mineral utilizado para controle de resíduos industriais –, com R\$ 5,3 milhões para estudos de desenvolvimento a partir das cinzas do carvão. Outros R\$ 7 milhões para a ampliação da captura de CO₂ além de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na planta, que integram o restante do orçamento. Porém, na própria condução foi dito que mesmo diante dos avanços do projeto, os alcances de captura de carbono ainda são considerados abaixo do necessário e os custos elevados para sua viabilidade, demandando maiores investimentos.

Eles visam desenvolver soluções que abranjam tanto a captura quanto o armazenamento, contribuindo para a mitigação das emissões de carbono. É uma iniciativa que busca se alinhar aos esforços globais de combate às mudanças climáticas e ao avanço em direção a uma economia de baixo carbono.

Outra possibilidade que emergiu nas entrevistas é o investimento na indústria de plástico, que já ocorre no estado (embalagens e recipientes para indústria química “descartáveis” e vasos para decoração/jardinagem). Todavia, sem perder de vista que também possui matriz fóssil e pode gerar impactos negativos ao ambiente. Assim, precisa ser incluída nos estudos e propostas de transição, com prudência, para absorver parte da mão de obra dos trabalhadores do carvão, desde que, segundo as falas, seja também atrativa financeiramente e siga competitiva em relação aos salários. Bem como o fomento para novas plantas e parques industriais, em pesquisa e desenvolvimento. Outra vertente para a região é constituir-se como polo de tecnologia e inovação, a partir do investimento no projeto piloto “Cidade do Conhecimento”, com intuito de transformar Criciúma em um importante polo de referência mundial.

Ao passo que alguns vislumbram a possibilidade de viver/trabalhar fora do país e outros buscam a continuidade do carvão a partir de inovações tecnológicas, uma outra perspectiva é o investimento no próprio território em outros campos: I)



desenvolver o turismo na região, como por exemplo com a construção de um resort na serra em Siderópolis e II) na inovação/ tecnologia, materializado no projeto de uma grande Cidade do Conhecimento. O referido projeto é financiado por uma instituição de Israel. (Entrevistado 34)

Uma terceira via é relativa à alternativa energética ao carvão. Um dos entrevistados (Entrevistado 34) fala bastante de alternativas energéticas, como hidrogênio verde, hidrogênio azul como “empregos verdes”, associando a essa questão do meio ambiente e natureza, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), como oportunidades de valor agregado.

Aliando o projeto da Cidade do Conhecimento com uma perspectiva de cidade sustentável, Entrevistado 34, por exemplo, almeja que Criciúma seja uma referência internacional, um “case de sucesso”, e para isso estabelece interação com grupo de investidores de Israel, que é o base Camp Inovation, e já mudou o zoneamento da cidade, possibilitando a construção de torres gigantes, “como Dubai” (sic)

A tecnologia também é aposta de Entrevistado 42, que não quer seguir no carvão, mas mudar de área e já está investindo em educação. A transição representa uma possibilidade de investir em educação na realização de novos estudos e pesquisas e principalmente na requalificação da população local e trabalhadores.

Interessante que o discurso da sustentabilidade permeia a fala de outros participantes com relação direta com carvão, como Entrevistado 39, que até disponibiliza várias lembranças sustentáveis pela empresa. Mas, por exemplo, Entrevistados 44 e 43 nem mencionam que Treviso ganhou um prêmio de sustentabilidade por conta de coleta seletiva.

Entrevistado 44 fala um pouco sobre as possibilidades da região, da agricultura, do frango, do gado, do leite. Que querem fazer um parque industrial, que precisam trazer empresas, indústrias, que gerem emprego para as mulheres. A falta de oportunidades de emprego para mulheres também foi mencionada por Entrevistado 45. Entrevistado 46 também fala da demanda de



oportunidades para mulheres e que sair do país não está ao alcance de todos, de modo que quem não tem essa chance é quem mais precisa do carvão, e em consonância com os demais, menciona a possibilidade do turismo como caminho alternativo.

Entrevistado 43 tem essa pretensão de investir no turismo, de fazer pousadas, e contribuir para o desafio de manter os jovens em Treviso – segundo ele, muitos vão embora da cidade. O Entrevistado 44 fala que já tem pelo menos 200 leitos de pousadas no entorno, já tem uma atividade turística pouco estabelecida e acredita no turismo como caminho futuro.

Entrevistados 37 e 38 gostam de morar em Treviso, falam com bastante carinho sobre a cidade e para além do carvão, comentam sobre a vocação da cidade para o turismo, que é forte na região. No entanto, colocam também a carência de equipamentos e atividades de lazer para as famílias que se deslocam para as cidades próximas, com idas para praia e serra, um indicativo de que existe possibilidade de integrar rotas turísticas. Falaram que antigamente havia muitas festas religiosas, tradicionais e a influência das culturas italiana e alemã em função da presença de muitos descendentes, como uma possibilidade de resgatar a cultura e movimentar a economia. Entrevistado 39 também comenta sobre o investimento no turismo em Lauro Müller e na Serra do Rio do Rastro.

Mesmo quem é crítico ao carvão, também aponta o turismo como sendo uma alternativa para a região, partindo de um circuito que envolva residências das famílias que são naturais do local. Entrevistado 47 inclusive informou que já existem algumas atividades na região, como a expedição Mulheres na Montanha. E falou sobre o Ecoturismo, agricultura familiar, turismo de natureza, baseado no projeto Acolhida na Colônia, como referência. Quanto ao preparo, a formação em turismo, ela se referia a cursos para guias e não a uma formação de gestão, que na cidade não tem, nem online, o que exigiria deslocamento constante para outro município mais distante, como Tubarão ou Lages.

Vale dizer que mesmo as iniciativas de turismo podem estar alinhadas com a cultura do carvão. Além da experiência da mina



em operação, a equipe conheceu uma mina desativada transformada em atrativo turístico: Mina de Visitação Octávio Fontana. A Mina de Visitação Octávio Fontana é uma atração turística de Criciúma que conta parte da história da extração carbonífera do município, localizada no bairro Naspolini. Inaugurada em 2011, a obra foi executada em parceria com o Governo do Estado e o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC. Atualmente é administrada pela SATC. Ela abrigava a antiga Mina São Simão, que funcionou até 1994, e recebeu o nome de Octávio Fontana, que herdou as terras de seu pai e esteve à frente da mina como empreiteiro, com concessão para a extração do carvão, que segundo mensagem gravada na placa/memorial em exposição no local: “Fez parte de uma geração de homens que saíram da roça e marcou época na região”.

Enquanto atrativo turístico propaga o slogan de: “a única mina de carvão aberta para visitação na América Latina e uma das quatro no mundo”. A sua existência já é um indicativo de que este cenário e histórico de mineração de carvão podem ser apropriados e replicados pelo turismo na região, além de ser espaço de memória e identidade, a exemplo de Criciúma. Vale dizer que, na ocasião, a visita ao interior da mina estava temporariamente suspensa devido a um “desplacamento de teto”, ou seja, uma parte do teto havia caído, afetando a rede elétrica. Esse fato mostra a vulnerabilidade das instalações nas minas, mesmo após o encerramento das atividades.

Notar que a serra e o mar à sua volta são pontos de partida interessantes, até porque, parte dos entrevistados apontou o turismo como uma das atividades realizadas e como possibilidade alternativa. Neste campo são muitas possibilidades de segmentos e atrativos, como: esportes, competições, campeonato de ciclismo, corrida; manifestações culturais e tradições em festa, festejo e religiosidade; os templos e monumentos religiosos; as Serra do Geral e Serra do Rio do Rastro e eventos, cultura e história, dos tropeiros, dos imigrantes e outros grupos; e elementos da cultura, inclusive da mineração.

Entrevistado 51 destacou a importância de mostrar virtualmente as possibilidades de caminhos futuros. Fazer maquetes virtuais,



mostrar o turismo e a ecologia, enquanto coisas não abstratas, mas como questões possíveis. E fazer um fórum regional, independente do setor carbonífero. Falou que tem muita gente disposta a discutir isso, mas que ‘a população precisa olhar para cima, olhar a serra e olhar o mar, enquanto possibilidades além do carvão’, exemplificando o movimento de Orleans, que está focando no ecoturismo, a partir da paisagem, da serra e, comparando, Lauro Müller não está melhor por conta do carvão. Argumentou que existem alternativas. E ressaltou a importância de melhorar a comunicação, dialogar para reverter essa hegemonia, mas também de investimento público em educação, pesquisa e desenvolvimento.



5. LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

A mineração e a representação dos trabalhadores do carvão entrelaçam trabalho e identidade. Desde o orgulho em trabalhar em “algo essencial ao país” na geração de energia, como em uma cultura que fortalece os laços com a família, seja como modelo ou como inspiração para ganhar o pão e compartilhar o tempo pós-aposentadoria.

Parte desses trabalhadores viram seus pais darem início aos movimentos de garantia de direitos e melhorias de condições de trabalho. No campo 2, os sindicatos suprem necessidades de atuação do poder público, ofertando/atuando na área da saúde, educação e lazer/entretenimento e buscando tensionar as discussões sobre Transição Justa, cientes do seu papel político na segurança e conquista de direitos dos trabalhadores. Já no Campo 1 também há uma atuação do sindicato dos mineiros, junto com o poder público, no entanto há uma fragilidade na luta por direitos,



especialmente por ser um município isolado e sem a integração com diversos outros sindicatos.

Relativo a saúde e impactos ambientais no campo 1, os entrevistados percebem que a atividade da mineração gera impactos. Hoje ainda há, tanto dificuldade de lidar com o passivo ambiental e humano, quanto falar dessas questões de forma aberta. Os impactos são naturalizados pelos entrevistados, por conta da mineração ser de superfície e pela modernização nos processos. Na perspectiva dos entrevistados, a questão dos impactos à saúde hoje interfere muito menos, por conta da mudança dos processos na filtragem e no tratamento dos particulados e da exigência de equipamentos de proteção individual.

No campo 2, os entrevistados falam abertamente das doenças, principalmente da pneumoconiose, resgatam memórias dolorosas do passado, e têm ciência que a doença não foi erradicada, que está com o quadro controlado. Todavia, os participantes pró-carvão não conseguem relacionar outras doenças à atividade, seja por ação direta ou indireta, como no caso da saúde mental, depressão, ansiedade, obesidade e outros quadros clínicos que foram relatados involuntariamente nas entrevistas e corroboram com a necessidade de novos estudos e pesquisas na área da saúde. E mesmo reconhecendo e naturalizando os impactos e até mortes, estes parecem atribuídos à responsabilidade individual pela própria segurança, fato identificado em ambos os campos. Até na pandemia, num contexto que poderia despertar receio em relação às doenças pulmonares, ao contrário, o carvão não parou e sob o discurso de “atividade essencial”, valorizou a atividade e seus trabalhadores, acelerando o debate sobre reserva de energia.

As justificativas a favor da mineração colocam a atividade em Santa Catarina como organizada, com tecnologia e sindicatos fortes e bem estruturados. Alegando que se vive bem, que não seria necessário parar agora com a mineração. Candiota caminha com o mesmo discurso, apontando que as tecnologias agora são modernas e os impactos ambientais são mínimos, com recomposição do passivo ambiental. Ambos os campos argumentam que com o fim da mineração, não haverá Planos de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD).



Então, há um movimento forte de manutenção do caminho com carvão defendido por todos os trabalhadores e poder público nos dois campos de pesquisa. Em Candiota, as colocações acontecem sem experiências concretas, apenas discussões a partir da possibilidade da gaseificação do carvão e do desenvolvimento tecnológico para continuar usando o insumo de outras maneiras. Santa Catarina já investe em pesquisa e desenvolvimento (P&D) da TEJ para construir caminhos possíveis nessa direção. Ainda assim, não há caminhos viáveis apresentados a longo prazo.

Mesmo diante de alternativas reconhecidas, o carvão – sobretudo o trabalho da linha de frente – ainda é a opção mais atrativa, a que paga melhor e que tem regime especial de aposentadoria. A aposentadoria é um ponto central, mesmo após as mudanças oriundas da reforma da Previdência Social. Essa narrativa está presente nas memórias familiares, individuais e coletivas, no fator de decisão, escolha da atuação/profissão e de transição. A centralidade do carvão também está presente no medo do futuro, na dificuldade para o diálogo e na abertura de possibilidades – presente também no discurso dos movimentos sociais, na garantia da aposentadoria por via judicial, ou com o pacote de financiamento da transição, apelidado de “cheque verde”.

Nesse cenário, o minerador é realmente um corajoso, pois trabalha num contexto de medo. Medo de perder o lugar de fala/postos de trabalho; de perder o domínio da atividade/os negócios da família; de perder a vida. Mas também há o medo de quem se coloca contrário às forças hegemônicas dominantes. E ainda, o medo de trabalhadores, agricultores e demais comunitários de perder as lembranças, o sustento, a casa, nos terrenos que cedem e racham, de perder água, fundamental à vida, as plantações, ao turismo. É o medo do futuro destes territórios, tanto em Candiota quanto em Santa Catarina. Uma sensação constante de incerteza, de insegurança e até quando a mineração continuará. Da transição em 2024, 2027, em 2030...2040, 2050 ou agora!?

Medo de ter se dedicado e arriscado tantos anos por uma meta (aposentadoria) da qual agora foi tirada a possibilidade de alcançar, “mudaram a linha de chegada”. E será que haverá uma



chegada? E por que não estão todos na mesma direção? As carboníferas tentam garantir o maior tempo de exploração, a universidade tenta garantir menos impactos, os movimentos sociais querem salvar o planeta, o governo usa como moeda de troca, os sindicatos tentam resguardar os direitos trabalhistas... E os trabalhadores? Como ouvir e promover essa participação social?

Por isso, há recomendação de elaboração de Planos de Transição municipais nos dois campos estudados, com ampla participação, principalmente da representação sindical local, para inventariar as necessidades e possibilidades reais. De baixo para cima, da realidade do território, das capacidades do poder público de articulação e atuação até o plano da transição estadual e federal.

Por conseguinte, esses territórios precisam encontrar sua vocação, para além do carvão ou apesar dele, tanto a partir de “indústrias fortes”, quanto por pequenos empreendimentos e fortalecimento dos assentamentos, na perspectiva da economia solidária e do direcionamento de verba da TJ para estimular o desenvolvimento local. Neste sentido, foram aventadas diversas possibilidades: na tecnologia, no plástico, na cerâmica, na agricultura e pecuária, na construção civil, no turismo. Entretanto, em todas as colocações não se destacou nenhum tipo de preparo/formação, o que sugere a relevância de investir em requalificação nestas áreas. Nesse sentido, a lei de TJ no Estado de Santa Catarina tem sido lembrada como iniciativa para a população de Candiota, para que possam planejar uma transição na mineração do carvão ao invés de uma paralisação abrupta. Assim, cabe fomentar espaços de diálogo em Candiota, para que o município possa se organizar, com participação social, para lutar juntos por seus direitos.

Em Santa Catarina, embora já exista a lei estadual, que deu origem e pressionou também a lei federal, segundo as narrativas, o diálogo não avançou e a lei não está territorializada. Os discursos seguem em esferas e bolhas de debate fechadas, sem ampla participação. E sem ações concretas, apenas na garantia de manter brechas para atuação da atividade de mineração, sem planejar efetivamente a transição que já era dada.



O mundo está preocupado com a emissão de carbono, os moradores com a contaminação e escassez da água e os trabalhadores com a perda da identidade e estabilidade econômica. Preocupações e escalas diferentes, que promovem separatividade e ruídos na comunicação, com dissonância de vozes e falta de diálogo.

Como observado nos dois campos de pesquisa, falta diálogo com o território e no território. Tanto das discussões globais que parecem impostas, desconsiderando cultura, identidade e sonhos, quanto entre movimentos sociais, trabalhadores, jovens e demais impactados. Neste cenário, o DIEESE, se instado, poderia configurar como um elo articulador entre mineradoras, trabalhadores, sindicatos, universidades e movimentos sociais/ambientalistas e poder público, na figura do ator social que preza pelo trabalhador, transitando entre todas as arenas de discussão.

Nesse sentido, após a finalização da pesquisa qualitativa, o DIEESE organizou uma oficina devolutiva em abril de 2023, para apresentar o relatório da pesquisa em Candiota, com diversos representantes. O processo aprofundou o diálogo, os atores locais puderam se reconhecer nas informações colocadas, especialmente quanto ao medo coletivo e a dificuldade do diálogo colocada dentro do próprio território. Desde então, o DIEESE tem promovido seminários sobre a Transição Justa e diversos entrevistados têm participado desses fóruns de diálogo, para pensar e construir caminhos possíveis, buscando amparo legal com em Santa Catarina, mas que nesse caso, seja construída de forma participativa e territorializada.

Ainda, será realizada devolutiva para o campo 2 para também fortalecer os espaços de diálogo e discutir a possibilidade da territorialização dos Planos de TEJ, com planos locais que tenham participação social, dos movimentos sociais e dos trabalhadores, a partir de uma abordagem de Transição Socialmente Justa (TSJ).

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa indica categorias iniciais de análise, isto é, apresenta resultados e narrativas que tangem à atividade carbonífera e os encontros e desencontros com a vida dos atores sociais, sob a perspectiva dos entrevistados. Representativo sobre indivíduos e o recorte da região contemplada na pesquisa, mas passível de novos estudos e desdobramentos.

REFERÊNCIAS

CIOCCARI, M. Ecos do subterrâneo: Estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3694>

COSTA, S. L. da; MACIEL, T. M. de F. B. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 61, n. 1, p. 60-72, 2009.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Crise de Energia e Transição Justa. Nota Técnica número 263, São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec263transicaoJusta.html>

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os trabalhadores em extração e beneficiamento de carvão mineral em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estudos e Pesquisas, Nº 101 – 24 de janeiro de 2022, São Paulo: DIEESE, 2022a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2022/estPesq101Carvao.pdf>

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Mesa 2 do seminário internacional Trabalho e meio ambiente | Vicente Martinez, CCOO. YouTube, 14 de jul. de 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dmywzFHv03Q>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Avaliação dos potenciais impactos do encerramento das atividades ligadas à extração de carvão e de usinas termoelétricas baseadas em seu uso: uma estimativa a partir da matriz insumo-produto. 2022c.





DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; WWF-BRASIL. Carvão Mineral: Experiências internacionais na busca por uma transição energética justa para o setor carbonífero no Sul do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/carvaoMineral/index.html?page=>

GUIMARÃES, S. T. L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. Geosul, 17(33), 171-141, 2002.

IBGE CIDADES. Candiota. História e fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candiota/historico>

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001
LIMA, Taylor. Candiota: Terra de riquezas, lutas e conquistas, Porto Alegre: Ed. Renascença, 2016

MACHADO, G. et al. Consolidando a relevância das culturas das comunidades em projetos de intervenção: o território da comunidade Caiçara da Praia do Sono. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 9, n. 1, p. 160-193. 2020.
<https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i1.245850>

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, R de O. dos. Saberes e ocupações tradicionais: memória e visitação na aldeia guarani mbya Araponga –

RJ. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2020_Mestrado_Renato_Santo-1.pdf

SIMONI, M. Engenharia de Produção da Exclusão Social. In: Thiolent, M., Araújo Filho, T. & Soares, R.L.S. (Org.), Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão. EdUFF. 2000

THIOLLENT, M.; OLIVEIRA, L. Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. 5 Congresso Ibero-americano em Investigação qualitativa, Atas CIAIQ 2016, v.3 , p. 357-366, 2016.

VILLELA, L. E., NASCIMENTO, C. A. S., FRANCISCO, D. N. Gestão Social e Política Pública num Território Marcado pelo Capital: O Caso do Município de Itaguaí (RJ) e Região da Baía de Sepetiba. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. São Luís. 2015.

VOLPATO, T. G. A pírita humana: os mineiros de Criciúma. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina. 1982. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/11182/1/48399.pdf?sequence=1>

VOLPATO, T. G. Os trabalhadores do carvão: a vida e as lutas dos mineiros de Criciúma. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, 1989.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/15758/5/78858.pdf?sequence=1>



DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

